

Auditoria de manejo florestal realizada
por:



Estrada Chico Mendes, 185 – Caixa
Postal 411 Piracicaba, SP, Brasil,
13400.970
Tel: +55 19 3429 0800
www.imaflora.org

Resumo Público de **Auditoria Anual 2016** do Manejo Florestal da:

Suzano Papel e Celulose S.A. - Unidade São Paulo

Data do resumo público: 28 de novembro de 2016
Relatório finalizado: 28 de novembro de 2016.
Data de auditoria de campo: 01 a 05 de agosto de 2016.
Equipe de auditoria: Ricardo Camargo Cardoso
Luiz Fernando de Moura
Marco Mantovani
Mariana Miranda Zanetti

Coordenador de processo: Ellen Keyti Cavalheri

Código de certificação: IMA-MF-0009
Emissão do certificado: 21 de julho de 2016
Vencimento do certificado: 21 de fevereiro de 2020

Contato do empreendimento: Pollianne Dionor Schwabe
Endereço do empreendimento: Rodovia Washington Luis,
km 257, S/N - Zona Rural
Ibaté, SP
CEP: 14815-000.

Responsável pelo Manejo
Florestal Pollianne Dionor Schwabe
Contato do Responsável pelo
Manejo Florestal polliannes@suzano.com.br

CONTEÚDO

SIGLAS E ABREVIACIONES.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	5
2. MUDANÇAS NA GESTÃO FLORESTAL DO EMF.....	5
3. PROCESSO DE AUDITORIA	17
3.1. AUDITORES E QUALIFICAÇÕES.....	17
3.2. CRONOGRAMA DE AUDITORIA DE CAMPO.....	18
3.3. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DE AUDITORIA	21
3.3.1. ANÁLISE DE CONFORMIDADE DA DOCUMENTAÇÃO	21
3.3.2. AUDITORIA DE CAMPO.....	21
3.3.3. PROCESSO DE CONSULTA A PARTES INTERESSADAS.....	22
3.3.4. NÃO CONFORMIDADES ANTERIORES E NOVAS NÃO CONFORMIDADES	22
3.3.5. COMISSÃO DE CERTIFICAÇÃO.....	22
4. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS.....	23
4.1. ANÁLISE DE CONFORMIDADE DA DOCUMENTAÇÃO.....	23
4.2. TÓPICOS SOBRE PARTES INTERESSADAS	23
4.3. CUMPRIMENTO DE RELATÓRIOS DE NÃO CONFORMIDADES ANTERIORES (NCRs)	25
4.4. SEGUIMENTOS DE NÃO CONFORMIDADES ANTERIORES	34
4.5. DESCRIÇÃO DE NOVAS NÃO CONFORMIDADES ENCONTRADAS (NCRs).....	36
4.6. OBSERVAÇÕES	37
4.7. CONCLUSÕES DE AUDITORIA	38
ANEXO I – Escopo do EMF.....	39
ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas.....	40
ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal	46

SIGLAS E ABREVIações

AAVC	Atributo de Alto Valor para a Conservação
APP	Área de Preservação Permanente
ASO	Atestado de Saúde Ocupacional
BR	Brasil
CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CIPATR	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural
COC	Cadeia de custódia (<i>Chain of Custody</i>)
DDS	Diálogo Diário de Segurança
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPS	Empresa Prestadora de Serviços
FAVC	Floresta de Alto Valor para Conservação
FM	Manejo Florestal (<i>Forest Management</i>)
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i> ou Conselho de Manejo Florestal
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
NA ou N/A	Não Aplicável
N/M	Não monitorado
NCR	Relatório de Não Conformidade
NR 31	Norma Regulamentadora 31
OBS	Observação
ONG	Organização Não Governamental
PCF	Programa de Certificação Florestal
PCMSO	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional
P&C	Princípios e Critérios
NTPP	Produtos Florestais Não-Madeireiros
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
RA	Rainforest Alliance
RL	Reserva Legal
S.A.	Sociedade Anônima
SIPAT	Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho
Sispart	Sistema de Partes Interessadas
SLIMF	Florestas pequenas e com baixa intensidade de manejo (<i>Small and Low Intensity Managed Forest</i>)
SMA/SP	Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SP	São Paulo
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SSO	Saúde e Segurança Ocupacional
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UMF	Unidade de Manejo Florestal

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste processo de auditoria de monitoramento anual foi analisar a manutenção do desempenho ambiental, social e econômico do manejo florestal da Suzano Papel e Celulose S.A. - Unidade São Paulo, de forma a assegurar o atendimento dos requisitos do padrão ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais ao longo do período de validade da certificação. Além deste objetivo principal, esta auditoria visou também:

- Uma análise das ações tomadas para resolver as não conformidades identificadas durante a auditoria anterior;
- O tratamento de eventuais reclamações;
- A verificação da eficácia do sistema de gestão com respeito ao alcance dos objetivos do cliente certificado;
- O progresso de atividades planejadas visando a melhoria contínua;
- O contínuo controle operacional;
- A análise de quaisquer mudanças; e
- O uso de marcas e/ou quaisquer outras referências à certificação.

Este relatório apresenta os resultados dessa auditoria independente conduzida por uma equipe de especialistas representantes do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola).

A seção 4 deste relatório descreve as evidências e conclusões da auditoria relacionadas ao atendimento às normas da ABNT NBR 14789:2012 e às ações de seguimento solicitadas por meio das não conformidades identificadas.

O Imaflora é um organismo acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (CGCRE) segundo a ISO 17021:2011 como Organismo de Certificação Florestal (OCF). Os serviços de auditoria e certificação, que compreendem planejamento de auditorias, avaliações e decisões de certificação e manutenção de certificação, são de responsabilidade do Imaflora, não existindo a subcontratação de nenhuma etapa.

Os relatórios de auditoria do Imaflora incluem informações que se tornarão públicas.

Resolução de conflitos: organizações ou indivíduos com considerações ou comentários sobre o Imaflora e seus serviços são fortemente encorajados a contatar diretamente o Imaflora (qualidade@imaflora.org). Reclamações ou considerações formais devem ser enviadas por escrito.

2. MUDANÇAS NA GESTÃO FLORESTAL DO EMF

A Organização não passou por mudanças significativas no seu sistema de gestão e métodos silviculturais e de colheita florestal desde a última avaliação. Não foram efetuadas excisões ou inclusões no escopo certificado da Organização.

As tabelas a seguir descrevem e detalham o uso do solo nas áreas que compõem o atual escopo do certificado:

Área total em 2016:

Fazenda	Município	Áreas (ha)					Titulação
		Total	Área de Produção	Remanescentes *	Recupe ração **	Outras Áreas ***	
Coco Doce	AVAÍ	1760,74	1091,59	632,70	0	36,44	PRÓPRIA
Estrelas	ALAMBARI	2077,35	1592,55	367,26	0	117,54	PRÓPRIA
Capuavinha	ANGATUBA	87,13	50,39	31,34	0	5,40	PRÓPRIA
Eldorado GU	ANGATUBA	234,51	95,59	128,05	0	10,86	PRÓPRIA
Entre Rios	ANGATUBA	8554,89	5829,72	2369,51	0	355,61	PRÓPRIA
Estância Boa Fé	ANGATUBA	13,44	7,07	5,67	0	0,70	PRÓPRIA
Horto Cavalinho	ANGATUBA	174,02	117,95	50,26	0	5,82	PRÓPRIA
Horto Fertiplan	ANGATUBA	259,52	230,85	16,87	0	11,80	PRÓPRIA
Santa Terezinha	ANGATUBA	506,84	370,31	124,59	0	11,94	PRÓPRIA
Santo Antônio Das Corujas	ANGATUBA	571,36	341,19	200,95	0	29,21	PRÓPRIA
Santo Inácio	ANGATUBA	898,81	575,29	299,39	0	24,08	PRÓPRIA
São João	ANGATUBA	18,52	7,64	9,54	0	1,34	PRÓPRIA
Tijuco Preto	ANGATUBA	64,81	62,79	0,01	0	2,01	PRÓPRIA
Três Lagoas	ANGATUBA	3241,51	2205,44	937,41	0	98,35	ARRENDAMENTO
Carangola	ANHEMBI	555,88	396,86	140,71	0	18,31	PRÓPRIA
Descalvado	ANHEMBI	751,40	575,96	136,23	0	39,21	PRÓPRIA
Ribeirão Descalvado	ANHEMBI	113,58	98,90	10,43	0	4,25	PRÓPRIA
Ribeirão Pinga	ANHEMBI	474,43	435,71	23,29	0	15,42	PRÓPRIA
Santa Isabel	ANHEMBI	375,88	257,28	93,85	0	24,46	PRÓPRIA
Quinhão B1	PIRACICABA	99,39	16,18	80,04	0	3,17	PRÓPRIA
Quinhão B2 Gleba A	ANHEMBI	100,46	64,89	34,07	0	1,51	PRÓPRIA
Quinhão B2 Gleba B	ANHEMBI	54,02	53,07	0,00	0	0,95	PRÓPRIA
São José Do Pinga	PIRACICABA	57,23	46,87	7,38	0	2,97	PRÓPRIA
Três Pinheiros	ANHEMBI	788,07	533,42	234,40	0	20,24	PRÓPRIA
Vale Verde	ANHEMBI	211,91	151,21	50,55	0	10,15	PRÓPRIA
Santa Elza	ANALÂNDIA	179,94	138,65	35,47	0	5,81	ARRENDAMENTO
Serrinha	ANALÂNDIA	123,07	54,37	61,61	0	7,08	ARRENDAMENTO
Antônio Justino	ALTINÓPOLIS	45,48	35,50	7,09	0	2,89	ARRENDAMENTO
Jaborandi	ALTINÓPOLIS	430,56	341,24	75,89	0	13,43	ARRENDAMENTO
Lagoa Rica	ALTINÓPOLIS	2742,91	1656,72	972,94	0	113,25	ARRENDAMENTO
Morro Do Forno 123	ALTINÓPOLIS	1205,34	636,90	515,86	0	52,58	PRÓPRIA
Corte	AGUDOS	49,93	24,79	23,99	0	1,14	PRÓPRIA
Globo I_II	AGUDOS	2742,54	1931,19	737,64	0	73,71	PRÓPRIA
Jamaica	AGUDOS	247,05	151,38	85,72	0	9,95	ARRENDAMENTO
Querência	AGUDOS	1175,44	998,83	152,44	0	24,17	PRÓPRIA

Retiro	AGUDOS	891,95	663,24	209,28	0	19,43	PROPRIA
São Domingos	AGUDOS	120,39	79,37	37,86	0	3,16	PROPRIA
Bom Retiro	ARARAQUAR A	1211,65	969,26	214,22	0	28,17	PROPRIA
Fortaleza	ARARAQUAR A	4393,96	3309,30	903,92	0	180,76	PROPRIA
Beira Rio	AVARÉ	323,90	197,19	118,65	0	8,07	PROPRIA
Cedro	AVARÉ	205,71	185,47	15,66	0	4,58	PROPRIA
Cerejeira	AVARÉ	127,25	117,63	6,32	0	3,30	PROPRIA
Escaramuça II	AVARÉ	44,77	14,84	27,32	0	2,60	ARRENDA MENTO
Estância São Judas Tadeu	AVARÉ	82,28	70,30	9,95	0	2,03	PROPRIA
Guarujá	AVARÉ	2136,38	1824,32	252,99	0	59,07	PROPRIA
Guarujá II	AVARÉ	84,37	77,07	5,33	0	1,97	PROPRIA
Guarujá III	AVARÉ	84,37	74,91	6,93	0	2,52	PROPRIA
Guarujá IV	AVARÉ	84,73	77,38	5,70	0	1,66	PROPRIA
Guarujá V	AVARÉ	212,88	183,40	24,71	0	4,77	PROPRIA
Limeira I	AVARÉ	937,96	661,95	252,47	0	23,54	PROPRIA
Limeira II	AVARÉ	81,66	74,24	5,76	0	1,65	PROPRIA
Ouro Branco	AVARÉ	384,56	311,10	36,51	0	36,95	PROPRIA
Palmeiras (1o Contrato)	AVARÉ	492,17	433,65	40,86	0	17,66	ARRENDA MENTO
Palmeiras (Participação)	AVARÉ	1384,77	644,22	693,63	0	46,92	ARRENDA MENTO
Palmital	AVARÉ	448,29	358,03	76,79	0	13,47	PROPRIA
Regina I	ITATINGA	757,90	446,30	289,75	0	21,84	PROPRIA
São Dimas	AVARÉ	107,54	88,35	13,51	0	5,68	ARRENDA MENTO
São José Das Escaramuças	AVARÉ	205,96	174,96	25,42	0	5,59	PROPRIA
Santo Antônio GU	AVARÉ	407,00	380,82	17,28	0	8,89	ARRENDA MENTO
Goiabal	BROTAS	468,10	361,43	89,46	0	17,21	PROPRIA
Saligna	BROTAS	996,41	815,38	165,33	0	15,70	PROPRIA
Santo Ângelo	BROTAS	1219,83	542,52	640,94	0	36,37	ARRENDA MENTO
Santo Antônio AS	BROTAS	50,08	47,40	0,30	0	2,38	ARRENDA MENTO
Sapoti	BROTAS	1585,63	1363,85	178,72	0	42,59	PROPRIA
Sítio Alvorada	BOREBI	216,63	162,45	47,86	0	6,32	PROPRIA
Maria Cristina	BOREBI	139,53	112,46	22,32	0	4,75	PROPRIA
Santo Alberto	BOREBI	203,77	158,01	39,54	0	6,23	ARRENDA MENTO
Turvo III (Lex)	BOREBI	720,76	531,36	156,29	0	33,11	PROPRIA
Capanhão	BIRITIBA- MIRIM	1315,96	236,03	1020,69	0	58,41	PROPRIA
Casa Verde	BIRITIBA- MIRIM	653,50	183,95	432,94	0	36,61	PROPRIA

Itapanhaú	BIRITIBA-MIRIM	1374,14	656,25	597,49	0	120,40	PROPRIA
Marilena	BIRITIBA-MIRIM	365,62	197,64	138,93	0	29,05	PROPRIA
Pedra Da Forquilha	BIRITIBA-MIRIM	343,25	91,83	232,07	0	19,35	PROPRIA
Rio Claro	BIRITIBA-MIRIM	130,41	64,85	53,83	0	11,44	PROPRIA
Sertão Dos Pretos	BIRITIBA-MIRIM	73,74	43,38	23,89	0	6,47	PROPRIA
Velha	BIRITIBA-MIRIM	121,59	22,67	93,91	0	5,01	PROPRIA
Invernada Santa Fé	BOCAINA	507,74	348,39	149,12	0	10,23	PROPRIA
Santa Maria Do Curralinho	BOCAINA	472,39	462,48	0,02	0	9,89	PROPRIA
Cerrado	BOFETE	880,05	549,47	273,25	0	57,32	PROPRIA
São Rafael	BURI	891,67	408,95	432,87	0	49,85	PROPRIA
Califórnia	BOTUCATU	421,88	147,92	264,06	0	9,90	PROPRIA
Embaúba	BOTUCATU	768,39	548,17	196,64	0	23,58	PROPRIA
Indaiá	BOTUCATU	689,50	470,51	184,54	0	34,45	ARRENDAMENTO
Morrinhos	ITATINGA	1331,58	726,02	517,74	0	87,83	PROPRIA
Santa Ângela I	BOTUCATU	344,72	329,28	5,61	0	9,83	PROPRIA
Santa Ângela II	BOTUCATU	39,76	11,61	26,82	0	1,33	PROPRIA
São João Do Bom Retiro	BOTUCATU	1039,84	599,45	391,26	0	49,12	PROPRIA
São Sebastião	BOTUCATU	263,30	169,02	67,67	0	26,61	PROPRIA
Dois Irmãos	BOA ESPERANÇA DO SUL	936,69	694,29	192,32	0	49,98	PROPRIA
Flecha Azul II Flechinha	BOA ESPERANÇA DO SUL	338,99	218,71	84,53	0	35,75	PROPRIA
Flecha Azul III E IV	BOA ESPERANÇA DO SUL	1747,64	1279,43	406,91	0	61,30	PROPRIA
Flecha Azul I Quinhão 9	BOA ESPERANÇA DO SUL	2103,23	1846,52	185,95	0	70,59	PROPRIA
Flecha Azul Quinhão 7	BOA ESPERANÇA DO SUL	284,01	225,13	51,56	0	7,32	PROPRIA
Flecha Azul Quinhão 8	BOA ESPERANÇA DO SUL	284,73	223,68	48,20	0	12,85	PROPRIA
Forquilha	BOA ESPERANÇA DO SUL	214,81	63,56	146,05	0	5,20	PROPRIA
Santo Antônio	BOA ESPERANÇA DO SUL	72,57	70,68	0,00	0	1,88	PROPRIA
Soberano	BOA ESPERANÇA DO SUL	1139,31	927,44	161,33	0	50,34	PROPRIA

Morro Grande	CORUMBATAÍ	130,16	87,24	40,60	0	2,32	PRÓPRIA
Morro Pequeno	CORUMBATAÍ	28,55	18,32	9,04	0	1,19	PRÓPRIA
Quebra Pote (1o Contrato)	CERQUEIRA CÉSAR	298,92	235,26	31,94	0	31,72	ARRENDAMENTO
Quebra Pote (2o Contrato)	CERQUEIRA CÉSAR	102,20	32,46	66,68	0	3,06	ARRENDAMENTO
Tronco Do Alto	CERQUEIRA CÉSAR	925,74	556,05	243,85	0	125,84	ARRENDAMENTO
Boa Vista II	CAPÃO BONITO	410,22	211,88	176,25	0	22,09	PRÓPRIA
Echaporã	CAPÃO BONITO	799,18	491,30	268,00	0	39,85	PRÓPRIA
Guapanema	CAPÃO BONITO	1167,87	685,96	387,53	0	94,38	PRÓPRIA
São Francisco	CAPÃO BONITO	170,95	77,88	83,58	0	9,49	PRÓPRIA
São Judas Tadeu	CAPÃO BONITO	33,54	18,33	13,60	0	1,61	PRÓPRIA
Daisy	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	578,63	307,43	239,02	0	32,18	PRÓPRIA
Santa Clara Sg	CAJURU	121,09	111,68	0,84	0	8,57	ARRENDAMENTO
Barão De Santa Branca	GUAREÍ	1590,26	925,60	597,14	0	67,52	PRÓPRIA
Santa Maria - Gleba A	GAVIÃO PEIXOTO	131,38	114,64	13,43	0	3,31	ARRENDAMENTO
Estrela	IARAS	406,60	248,91	145,86	0	11,68	ARRENDAMENTO
Ideal	IARAS	1066,41	870,35	166,98	0	28,90	PRÓPRIA
Turvo I	IARAS	482,70	403,17	62,31	0	17,22	PRÓPRIA
Turvo II	IARAS	216,07	171,22	36,02	0	8,83	PRÓPRIA
Ariona	ITATINGA	3839,83	2896,75	793,09	0	149,96	PRÓPRIA
Avaré	ITATINGA	168,05	136,15	19,07	0	12,83	PRÓPRIA
SUIGHORTOITATINGA	ITATINGA	611,52	611,52	0,00	0	0,00	ARRENDAMENTO
São Cristovão Do Lageado	ITATINGA	1313,70	835,60	421,83	0	56,26	PRÓPRIA
Tamanduá	ITATINGA	379,83	242,24	122,76	0	14,83	PRÓPRIA
Adelaide	ITAPETININGA A	389,13	188,42	169,13	0	31,58	PRÓPRIA
Campo Largo	ITAPETININGA A	361,95	211,01	131,41	0	19,53	PRÓPRIA
Contínua	ITAPETININGA A	305,61	178,78	114,35	0	12,48	PRÓPRIA
Início	ITAPETININGA A	370,09	193,04	158,90	0	18,15	PRÓPRIA
Nossa Senhora De Lourdes	ITAPETININGA A	493,15	300,83	169,96	0	22,36	PRÓPRIA
Pau Dalho	ITAPETININGA A	218,12	104,62	83,52	0	29,98	PRÓPRIA
Santa Rita	ITAPETININGA A	757,04	484,38	212,37	0	60,29	PRÓPRIA

São Bento	ITAPETINING A	659,17	461,22	159,65	0	38,30	PROPRIA
Sequência	ITAPETINING A	456,06	239,28	185,04	0	31,74	PROPRIA
Ibiti	ITARARÉ	10992,26	6960,80	3647,99	0	383,38	PROPRIA
Santana	ITARARÉ	6578,97	4323,51	1947,34	0	308,09	PROPRIA
Boa Vista (Renato E Ruy)	ITIRAPINA	172,49	164,04	0,37	0	8,09	ARRENDAMENTO
Manacás	ITIRAPINA	90,14	84,44	1,76	0	3,94	ARRENDAMENTO
Monjolinho	ITIRAPINA	594,13	217,33	360,19	0	16,62	PROPRIA
Palmeira Ou Q4	ITIRAPINA	77,11	66,90	6,03	0	4,19	ARRENDAMENTO
Passa Cinco Barreiro II	ITIRAPINA	34,10	30,33	0,00	0	3,77	ARRENDAMENTO
Perobal (2o Contrato)	ITIRAPINA	134,92	83,57	39,63	0	11,72	ARRENDAMENTO
Santa Clara As	ITIRAPINA	57,25	41,94	11,45	0	3,87	ARRENDAMENTO
São João Da Lapa II	ITIRAPINA	143,59	133,20	4,00	0	6,39	ARRENDAMENTO
Sinimbu	ITIRAPINA	991,94	773,48	182,64	0	35,82	PROPRIA
Siriema	ITIRAPINA	2191,86	1503,52	651,96	0	36,39	PROPRIA
Toca (1o Contrato)	ITIRAPINA	303,16	279,09	9,50	0	14,57	ARRENDAMENTO
Toca (2o Contrato)	ITIRAPINA	62,89	60,07	0,17	0	2,65	ARRENDAMENTO
Santa Isabel Do Capão Alto	ITARARÉ	5950,04	3306,09	2361,69	0	282,26	PROPRIA
Guará	LORENA	518,26	0,00	518,26	0	0,00	PROPRIA
Lageado	LIMEIRA	80,84	19,60	59,15	0	2,09	PROPRIA
Lageado II	LIMEIRA	15,94	5,66	1,44	0	8,83	PROPRIA
Lageado III	LIMEIRA	9,63	0,00	8,33	0	1,29	PROPRIA
RIC	LIMEIRA	12,73	5,99	5,52	0	1,22	PROPRIA
Santa Rosa	LIMEIRA	7,17	4,19	2,97	0	0,00	PROPRIA
Santa Rosa II	LIMEIRA	1,90	1,39	0,50	0	0,00	PROPRIA
Nossa Senhora Da Penha	LENÇÓIS PAULISTA	2444,83	2124,28	240,71	0	79,84	PROPRIA
Paccola	LENÇÓIS PAULISTA	122,52	38,65	73,40	0	10,46	PROPRIA
Bandeirantes	MOGI DAS CRUZES	124,09	27,57	92,22	0	4,29	PROPRIA
Pedra Branca	MOGI DAS CRUZES	1397,71	506,26	762,17	0	129,28	PROPRIA
Pedro Thiago	MOGI DAS CRUZES	42,84	15,61	24,06	0	3,17	PROPRIA
Abraão Chaves	PARAIBUNA	71,22	37,49	31,01	0	2,73	PROPRIA
Alegre	PARAIBUNA	1217,72	732,77	413,63	0	71,32	PROPRIA
Vicente	PARAIBUNA	28,11	12,70	13,91	0	1,50	PROPRIA
Antas/Cachoeira/S.	PARAIBUNA	2949,61	1733,45	1047,38	0	168,78	PROPRIA

Maria							
São Benedito	PARAIBUNA	149,95	91,07	51,23	0	7,64	PROPRIA
Dos Remédios	PARAIBUNA	89,34	33,82	50,66	0	4,86	PROPRIA
Pulador	PARDINHO	334,06	267,48	41,66	0	24,92	PROPRIA
Espadilha	PAULISTÂNIA	675,56	298,09	360,59	0	16,88	PROPRIA
Nossa Senhora Aparecida	PAULISTÂNIA	38,60	27,48	7,51	0	3,61	PROPRIA
Novo Estilo	PAULISTÂNIA	885,74	600,40	249,86	0	35,48	PROPRIA
Rio Bonito	BOFETE	485,83	234,10	231,99	0	19,74	PROPRIA
Alvorada	PARANAPANEMA	78,10	47,29	25,53	0	5,27	PROPRIA
Santa Rita	PARANAPANEMA	1448,42	1390,47	16,58	0	41,37	ARRENDAMENTO
Brumado	PILAR DO SUL	2564,48	1136,84	1261,49	0	166,14	PROPRIA
Issamu Tanabe	PILAR DO SUL	116,71	82,60	23,61	0	10,51	PROPRIA
Jutaro	PILAR DO SUL	295,27	211,30	65,56	0	18,41	PROPRIA
Lavrinhas	PILAR DO SUL	96,30	76,32	12,25	0	7,73	PROPRIA
Massayoshi Tanabe	PILAR DO SUL	140,14	101,14	21,40	0	17,59	PROPRIA
Pilar/Pombal	PILAR DO SUL	1074,49	702,18	264,97	0	107,34	PROPRIA
Sítio Floresta	PILAR DO SUL	198,12	112,31	74,99	0	10,82	PROPRIA
Toledo	PILAR DO SUL	319,75	131,06	172,61	0	16,05	PROPRIA
Vitória	PILAR DO SUL	6043,09	1644,36	4149,33	0	249,41	PROPRIA
Taquari	RIBEIRÃO BRANCO	501,55	109,35	381,77	0	10,43	PROPRIA
Nossa Senhora Da Conceição	SALESÓPOLIS	523,08	254,37	215,37	0	53,34	PROPRIA
Ribeirão Grande	SALESÓPOLIS	766,23	439,37	283,89	0	42,98	PROPRIA
Ribeirão Do Pote	SALESÓPOLIS	133,29	78,78	40,74	0	13,77	PROPRIA
São Lourenço	SALESÓPOLIS	104,08	52,09	43,34	0	8,65	PROPRIA
Serra Das Contendas	SALESÓPOLIS	444,02	215,47	198,63	0	29,93	PROPRIA
Putim	GUARAREMA	519,70	242,88	241,43	0	35,40	PROPRIA
Boa Vista/Santa Elisa	SÃO MIGUEL ARCANJO	2665,87	2058,25	435,08	0	171,55	PROPRIA
Guararema	SÃO MIGUEL ARCANJO	87,92	69,61	14,84	0	3,47	PROPRIA
Paineiras	PILAR DO SUL	1012,42	789,87	156,64	0	65,91	PROPRIA
Santa Rosa	SÃO MIGUEL ARCANJO	1773,75	1247,99	416,71	0	109,05	ARRENDAMENTO

São Miguel	SÃO MIGUEL ARCANJO	1187,88	790,87	285,61	0	111,40	PROPRIA
São Roque I	SÃO MIGUEL ARCANJO	1218,61	897,26	241,65	0	79,70	PROPRIA
São Roque II	SÃO MIGUEL ARCANJO	180,46	97,10	72,73	0	10,63	PROPRIA
Siomi	SÃO MIGUEL ARCANJO	508,92	374,16	105,75	0	29,01	PROPRIA
Três Poderes	SÃO MIGUEL ARCANJO	896,06	629,42	215,30	0	51,34	PROPRIA
Vale Verde	SÃO MIGUEL ARCANJO	300,99	0,00	300,99	0	0,00	PROPRIA
Cinco Nascentes	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	257,17	39,15	213,66	0	4,35	PROPRIA
Jaguari	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	210,65	129,45	63,82	0	17,38	PROPRIA
Lavras	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	1212,48	423,38	714,02	0	75,08	PROPRIA
Montes Claros	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	2696,36	841,20	1765,28	0	89,88	PROPRIA
Nepomuceno	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	43,61	19,09	22,45	0	2,07	PROPRIA
Rio Do Peixe	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	186,17	63,45	115,34	0	7,37	PROPRIA
Arco Verde	SÃO LUÍS DO PARAITINGA	375,16	219,04	133,19	0	22,93	PROPRIA
Cachoeirinha	SÃO LUÍS DO PARAITINGA	1639,91	1185,49	351,70	0	102,73	PROPRIA
Theodoro	SÃO LUÍS DO PARAITINGA	767,71	421,75	303,19	0	42,76	PROPRIA
Vista Verde	SÃO LUÍS DO PARAITINGA	109,97	61,60	39,85	0	8,52	PROPRIA
BARRA	SALTO DE PIRAPORA	573,14	386,98	153,64	0	32,52	PROPRIA
Aliperti	SARAPUÍ	647,20	534,69	64,29	0	48,22	PROPRIA
Bom Conselho	SARAPUÍ	895,52	661,20	184,42	0	47,59	PROPRIA
São Domingos	SARAPUÍ	144,94	75,68	62,34	0	6,92	PROPRIA
São José	SARAPUÍ	92,87	52,26	35,10	0	5,51	PROPRIA
Campos Do Sucuri	SÃO SIMÃO	1444,98	1258,24	158,64	0	28,10	PROPRIA
FAVEIRAL	SÃO SIMÃO	7,07	0,00	6,93	0	0,14	PROPRIA
FLOR DO IPE	SÃO SIMÃO	18,28	2,67	14,25	0	1,35	PROPRIA
Santa Genoveva	SÃO SIMÃO	1022,85	571,03	405,29	0	46,53	PROPRIA
SANTA RITA DAS AGUAS CLARAS	SÃO SIMÃO	363,06	289,36	20,23	0	53,46	PROPRIA

Campo Grande	SUZANO	1040,11	439,95	428,23	0	171,93	PRÓPRIA
TOTAL	_____	168.963,67	107.670,58	53.496,24	0	7.796,85	_____

As seguintes áreas, pertencentes à mesma unidade de manejo florestal, se encontram fora do escopo de certificação por motivo de adequação aos P&C do CERFLOR:

Fazenda	Município	Áreas (ha)					Titulação
		Total	Área de Produção	Remanescentes	Recuperação	Outras Áreas	
				*	**		
Cabreúva	ANGATUBA	794,56	477,80	226,75	0	90,01	PRÓPRIA
Areias	ANHEMBI	412,20	364,23	30,50	0	17,47	ARRENDAMENTO
Casarão	ANHEMBI	210,61	158,81	42,27	0	9,53	ARRENDAMENTO
Invernada Do Brejão	ANHEMBI	391,78	206,69	162,42	0	22,67	ARRENDAMENTO
Sao Francisco do Moquem	ANHEMBI	117,60	108,72	0,01	0	8,87	ARRENDAMENTO
Nossa Senhora Aparecida (Pirambóia)	ANHEMBI	201,74	187,08	0,00	0	14,66	ARRENDAMENTO
Santa Mônica	ANHEMBI	130,67	118,68	0,90	0	11,08	ARRENDAMENTO
Baixadão (Pedra Vermelha)	ANALÂNDIA	240,16	224,56	3,73	0	11,87	ARRENDAMENTO
Jacylândia	ANALÂNDIA	215,46	177,48	27,76	0	10,22	ARRENDAMENTO
Retiro São Pedro	ANALÂNDIA	175,91	157,66	3,14	0	15,12	ARRENDAMENTO
Taipas São Sebastião	ANALÂNDIA	140,88	133,66	1,67	0	5,55	ARRENDAMENTO
Capim Velho	AVARÉ	41,33	37,23	2,75	0	1,34	ARRENDAMENTO
Pedra Preta	AVARÉ	84,77	48,04	33,34	0	3,39	ARRENDAMENTO
Redenção E Salto (J. Novaes)	AVARÉ	129,47	97,74	22,17	0	9,57	ARRENDAMENTO
Tijuco Preto	AVARÉ	60,38	55,28	0,28	0	4,81	ARRENDAMENTO
Boa Vista Gleba 3	BROTAS	14,36	12,60	1,09	0	0,67	ARRENDAMENTO
Figueira II	BROTAS	52,68	46,53	1,16	0	4,99	ARRENDAMENTO
Grude	BROTAS	71,85	63,35	3,23	0	5,26	ARRENDAMENTO
Posses Santaana	BROTAS	22,55	20,69	0,00	0	1,86	ARRENDAMENTO
São José II (Zaguetinho)	BROTAS	50,75	38,35	10,13	0	2,27	ARRENDAMENTO
São Judas Tadeu AS	BROTAS	67,06	52,17	11,21	0	3,68	ARRENDAMENTO
Três Corações	BROTAS	142,77	109,24	24,56	0	8,97	ARRENDAMENTO

Cedro Dourado	BOFETE	226,28	131,21	86,71	0	8,36	ARRENDAMENTO
Santa Regina I	BOFETE	476,02	261,79	189,93	0	24,29	PRÓPRIA
São Roque Velho	BOFETE	193,13	169,50	18,92	0	4,71	ARRENDAMENTO
Gramadinho Do Rio Do Peixe	BOFETE	105,05	82,84	13,28	0	8,93	ARRENDAMENTO
Sertão Dos Freires I	BERTIOGA	2716,06	0,00	2603,11	0	112,95	PRÓPRIA
Indiana II	BOTUCATU	230,55	215,08	1,21	0	14,26	ARRENDAMENTO
Mina	BOTUCATU	301,60	210,25	60,13	0	31,22	ARRENDAMENTO
São Domingos	BOTUCATU	716,40	672,87	5,99	0	37,54	ARRENDAMENTO
Santa Luzia Fa	BOA ESPERANÇA DO SUL	234,05	211,09	4,32	0	18,64	ARRENDAMENTO
Matão	CHARQUEADA	43,35	38,31	1,95	0	3,09	ARRENDAMENTO
Santo Antônio (Eldorado)	CHARQUEADA	15,91	12,64	0,00	0	3,27	ARRENDAMENTO
São Pedro	GUAREÍ	361,83	291,50	55,45	0	14,89	ARRENDAMENTO
Horto Florestal Ripasa I	IARAS	154,90	0,00	0,00	0	154,90	PRÓPRIA
Horto Florestal Ripasa II_III	IARAS	95,14	0,00	0,00	0	95,14	PRÓPRIA
Harmonia	ITATINGA	79,48	75,30	0,00	0	4,19	ARRENDAMENTO
Recanto Paraíso	IPEÚNA	29,55	22,99	0,42	0	6,14	ARRENDAMENTO
Bela Vista	ITAPETININGA	54,92	45,98	0,65	0	8,30	ARRENDAMENTO
Boa Esperança	SÃO MIGUEL ARCANJO	84,40	64,64	8,78	0	10,99	ARRENDAMENTO
Paraíso	ITAPETININGA	421,99	346,67	33,87	0	41,45	ARRENDAMENTO
Santa Terezinha	ITAPETININGA	157,36	141,09	0,00	0	16,26	ARRENDAMENTO
São Miguel	ITAPETININGA	224,03	202,07	1,06	0	20,90	ARRENDAMENTO
Santo Antonio (Itu)	ITU	768,15	598,34	156,94	0	12,86	ARRENDAMENTO
Água Branca	ITIRAPINA	71,80	55,10	13,34	0	3,36	ARRENDAMENTO
Boa Vista Do Jacaré (Marianina)	ITIRAPINA	206,88	106,43	78,24	0	22,22	ARRENDAMENTO
Buraco Frio	ITIRAPINA	78,34	59,46	11,54	0	7,20	ARRENDAMENTO
Colônia Gleba A (Santa Tereza)	ITIRAPINA	44,81	32,62	9,10	0	3,09	ARRENDAMENTO
Conceição	ITIRAPINA	36,18	27,00	7,24	0	1,94	ARRENDAMENTO

Fazendinha	ITIRAPINA	40,14	29,88	8,92	0	1,35	ARRENDAMENTO
Floresta	ITIRAPINA	65,08	59,69	2,00	0	3,39	ARRENDAMENTO
Gran Canyon	ITIRAPINA	40,61	33,22	1,40	0	5,99	ARRENDAMENTO
Jangada	ITIRAPINA	141,45	100,00	23,72	0	17,73	ARRENDAMENTO
Jangada I	ITIRAPINA	77,66	69,75	0,00	0	7,92	ARRENDAMENTO
Nova América	ITIRAPINA	150,23	118,09	19,89	0	12,26	ARRENDAMENTO
Nossa Senhora Aparecida	ITIRAPINA	36,12	32,01	0,64	0	3,47	ARRENDAMENTO
Paredão	ITIRAPINA	105,72	93,01	0,94	0	11,76	ARRENDAMENTO
Passa Cinco Do Barreiro I	ITIRAPINA	39,66	33,89	0,63	0	5,15	ARRENDAMENTO
Passa Cinco Jatobá	ITIRAPINA	17,25	16,08	0,00	0	1,17	ARRENDAMENTO
Perobal (1o Contrato)	ITIRAPINA	413,13	258,61	132,28	0	22,25	ARRENDAMENTO
Perobal (Tuano)	ITIRAPINA	36,12	32,32	0,21	0	3,59	ARRENDAMENTO
Pico Da Serra	ITIRAPINA	36,53	31,74	2,30	0	2,49	ARRENDAMENTO
Pinga III (1o Contrato)	ITIRAPINA	25,59	24,69	0,04	0	0,86	ARRENDAMENTO
Pinga III (2o Contrato)	ITIRAPINA	25,24	17,03	6,30	0	1,92	ARRENDAMENTO
Pinga I (1o Contrato)	ITIRAPINA	15,76	15,12	0,00	0	0,65	ARRENDAMENTO
Pinga I (2o Contrato)	ITIRAPINA	53,14	50,39	0,00	0	2,75	ARRENDAMENTO
Pinheirinho (1o Contrato)	ITIRAPINA	67,33	45,01	18,76	0	3,57	ARRENDAMENTO
Pinheirinho (2o Contrato)	ITIRAPINA	51,92	49,09	0,00	0	2,24	ARRENDAMENTO
Pirapitinga	ITIRAPINA	31,73	26,93	1,05	0	3,75	ARRENDAMENTO
Roncador	CORUMBATA I	157,68	141,05	3,67	0	12,95	ARRENDAMENTO
Santa Fé (Colônia Gleba B)	ITIRAPINA	130,29	84,84	35,90	0	9,55	ARRENDAMENTO
Santa Teresa	ITIRAPINA	107,83	95,67	3,20	0	8,96	ARRENDAMENTO
São Francisco Sá	ITIRAPINA	43,93	31,26	10,03	0	2,64	ARRENDAMENTO
São João Da Lapa	ITIRAPINA	270,85	158,16	98,11	0	14,59	ARRENDAMENTO
São José I AS	ITIRAPINA	133,77	118,24	4,41	0	11,12	ARRENDAMENTO
Santa Ignacia	LEME	555,20	315,57	194,54	0	45,09	ARRENDAMENTO
Santo Antônio	LIMEIRA	27,02	22,08	0,10	0	4,85	ARRENDAMENTO

							MENTO
Caraguatá	LENÇÓIS PAULISTA	99,40	66,68	28,94	0	3,78	PROPRIA
Sertão Dos Freires II	BERTIOGA	1884,68	0,02	1851,26	0	33,40	PROPRIA
SU-PBA-00008-Estiva	PIRACICABA	57,74	53,73	0,22	0	3,79	ARRENDAMENTO
SU-PBA-14045-FORTALEZA	PIRACICABA	107,72	77,89	10,38	0	19,44	ARRENDAMENTO
SU-PBA-14046-SÃO JOSÉ	PIRACICABA	152,60	88,53	42,10	0	21,96	ARRENDAMENTO
Agreste	PIRACICABA	43,43	35,86	0,08	0	7,49	ARRENDAMENTO
Cambará	PIRACICABA	133,33	110,75	14,53	0	8,04	ARRENDAMENTO
Do Vale	PIRACICABA	35,71	31,71	0,00	0	4,00	ARRENDAMENTO
Mandacaru	PIRACICABA	251,59	233,68	0,41	0	17,50	ARRENDAMENTO
Martino	PIRACICABA	81,92	76,24	0,60	0	5,08	ARRENDAMENTO
Monjolada	PIRACICABA	447,43	284,98	151,58	0	10,87	ARRENDAMENTO
Orvalho	PARANAPANEMA	90,11	84,88	0,29	0	4,94	ARRENDAMENTO
Barra Bonita	SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO	76,80	37,81	33,59	0	5,41	ARRENDAMENTO
Santa Rita I	SÃO MIGUEL ARCANJO	129,84	110,86	9,73	0	9,26	ARRENDAMENTO
Campo Bom	SALTO DE PIRAPORA	52,02	49,13	0,00	0	2,89	ARRENDAMENTO
SITIO VELHO	SÃO PEDRO	22,29	19,76	0,12	0	2,41	ARRENDAMENTO
Canchim	SÃO PEDRO	194,37	131,00	55,19	0	8,18	ARRENDAMENTO
Dois Irmãos - Gleba A	SÃO PEDRO	83,25	62,68	13,99	0	6,58	ARRENDAMENTO
Eldorado NA	SÃO PEDRO	283,12	126,37	141,71	0	15,04	ARRENDAMENTO
Fernando Baltiere	SÃO PEDRO	53,38	42,47	7,02	0	3,89	ARRENDAMENTO
Guadalupe	SÃO PEDRO	30,90	29,33	0,00	0	1,58	ARRENDAMENTO
Jacaré Pupira (Dorigon)	SÃO PEDRO	51,93	47,81	0,53	0	3,60	ARRENDAMENTO
Olhos D'água	SARAPUÍ	108,26	90,68	5,13	0	12,44	ARRENDAMENTO
Limoeiro (Colombo)	SÃO PEDRO	160,30	115,69	37,14	0	7,47	ARRENDAMENTO
São José Gb C1 B2	SÃO PEDRO	55,39	48,94	0,06	0	6,39	ARRENDAMENTO
Serra Verde	SÃO PEDRO	21,28	17,21	3,17	0	0,90	ARRENDAMENTO

Santo Antônio NA	SÃO PEDRO	345,86	124,47	200,15	0	21,24	ARRENDAMENTO
Vale Do Sol	TORRINHA	99,06	91,57	0,08	0	7,42	ARRENDAMENTO
SU-AH-16056-São Joaquim	ANHEMBI	83,50	83,50	0,00	0	0,00	ARRENDAMENTO
SU-BAS-15330-Bom Jardim	BROTAS	54,95	54,95	0,00	0	0,00	ARRENDAMENTO
Glória	CHARQUEADA	108,09	60,45	38,01	0	9,63	ARRENDAMENTO
SU-LRA-16042-Bosco	LIMEIRA	55,31	55,31	0,00	0	0,00	ARRENDAMENTO
SU-SRO-15331-Bela Vista Peroto	SÃO PEDRO	26,53	26,52	0,00	0	0,00	ARRENDAMENTO
SU-TO-16065-Serrania	TORRINHA	64,20	64,20	0,00	0	0,00	ARRENDAMENTO
SU-TO-16249-Barreiro / Invernada	TORRINHA	271,40	271,40	0,00	0	0,00	ARRENDAMENTO
TOTAL	———	20.612,41	11.981,82	7.186,25	0,00	1.443,57	———

3. PROCESSO DE AUDITORIA

3.1. Auditores e qualificações

a) Análise de conformidade da documentação

Nome do auditor	Ellen Keyti Cavalheri	Atribuições do auditor	Auditor líder no processo de análise de conformidade da documentação
Qualificações	Auditora líder, coordenadora de certificação florestal do Imaflora/Rainforest Alliance. Licenciada em Ciências Agrárias e Engenheira Florestal formada pela ESALQ/USP, representante da Rainforest Alliance em avaliações e auditorias de certificação. Possui formação adicional em cursos de formação e atualização para auditores promovidos pelo Imaflora/Rainforest Alliance e formação de auditora líder de sistemas de gestão para o processo de certificação ISO 14.001.		

b) Auditoria de campo

Nome do auditor	Ricardo Camargo Cardoso	Atribuições do auditor	Auditor líder
Qualificações	Engenheiro florestal com mais de quinze anos de experiência em empresas de base florestal (plantações) e certificação florestal e ambiental, Advogado e membro do Imaflora, representante do Programa Rainforest Alliance de Certificação Florestal, coordenador de certificação FSC para manejo florestal de plantações. Participação em mais de cinquenta processos de certificação florestal em empresas de plantações florestais. Auditor líder no sistema FSC. Instrutor de cursos de Formação de Auditores FSC, promovidos pelo Imaflora/Rainforest Alliance, possui formação adicional em cursos sobre ISO 19011, ISO 14001 (Auditor Líder) e CERFLOR (Formação de Auditores).		
Nome do auditor	Luiz Fernando de Moura	Atribuições do auditor	Aspectos legais, ambientais e silviculturais

Qualificações	Engenheiro florestal pela ESALQ-USP, MSc e PhD. em Usinagem da Madeira pela Université Laval (Quebec, Canadá). Realizou pós-doutoramento na ESALQ-USP, com projeto sobre tratamento térmico de madeiras e industrialização de madeiras tratadas termicamente. Atualmente, organiza e elabora projetos para inserção no Mercado de Carbono, tanto no mercado regulado (MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, Protocolo de Quioto) como voluntário (VCS – Verified Carbon Standard), além de realizar pesquisas de mercado e viabilidade para projetos florestais. Em oito anos de experiência no Mercado de Carbono, possui atuações em sete projetos de carbono. Participou do curso de formação de auditores pelo Imaflora em 2013 e Treinamento de Formação de Auditores e Equipe Interna Manejo Florestal Sustentável – CERFLOR		
Nome do auditor	Marco Mantovani	Atribuições do auditor	Auditor social
Qualificações	Graduado em Ciências Políticas pela Universidade de Milão, com dissertação na disciplina de Geografia Política e Econômica. Tem especialização em Responsabilidade Ambiental das Empresas pela mesma universidade. Tem experiência plurianual, atuando como consultor para a área socioambiental, nas metodologias e no desenvolvimento de trabalho de engajamento de stakeholders, gestão para sustentabilidade e comunicação, focando, principalmente, em temáticas sociais. Além disso, atuou em processos de due diligence socioambientais fase 1. Fez treinamento como auditor social pelo Imaflora e foi estagiário no Grupo dos 77 na sede das Nações Unidas, em Nova York.		
Nome do auditor	Mariana Miranda Zanetti	Atribuições do auditor	Auditor social
Qualificações	Socióloga formada pela UFSCar, com especialização em Responsabilidade Socioambiental pela FGV. Sólida experiência na área socioambiental e certificação FSC, com atuação nas áreas de Responsabilidade Social Corporativa e Gestão Socioambiental em empresas florestais dos setores de papel e celulose e madeira (plantações e manejo de nativas). Possui treinamento como auditora social e certificação FSC pelo Imaflora e IPEF/IDGES.		

3.2. Cronograma de auditoria de campo

Data	Localização / sítios principais	Principais atividades
01/08/2016	Escritório da fábrica (Limeira - SP)	- Reunião de abertura; - Definição e planejamento da logística de campo; - Exame de documentos; - Verificação de NCRs abertos.
	Escritório florestal (Itapetininga - SP)	- Reunião de abertura; - Definição e planejamento da logística de campo; - Exame de documentos; - Verificação de NCRs abertos; - Viveiro de produção de mudas; - Depósito de químicos.
02/08/2016	Fazenda Três Pinheiros (Anhembí - SP)	- Avaliação geral das condições de estradas, aceiros, remanescentes florestais, plantações, infraestrutura, máquinas e implementos; - Entrevistas com frente terceirizada de replantio.
	Fazenda Ribeirão Pinga	- Avaliação geral das condições de estradas, aceiros,

(Anhembi - SP)	remanescentes florestais, plantações, infraestrutura, máquinas e implementos; - Entrevistas com frente terceirizada de combate a formiga.
Fazenda Querência (Agudos - SP)	- Avaliação geral das condições de estradas, aceiros, remanescentes florestais, plantações, infraestrutura, máquinas e implementos; - Entrevistas com frente terceirizada de replantio e irrigação; - Entrevistas com frente terceirizada de transporte e carregamento.
Fazenda Globo I (Agudos - SP)	- Avaliação geral das condições de estradas, aceiros, remanescentes florestais, plantações, infraestrutura, máquinas e implementos; - Entrevistas com frente terceirizada de adubação mecanizada.
Escritório Regional (São Manuel - SP)	- Entrevista com trabalhadores.
Sindicato de Trabalhadores Rurais (São Manuel - SP)	- Consulta a partes interessadas.
Assentamento Moracy (Agudos - SP)	- Consulta a partes interessadas afetadas.
Município de Angatuba - SP	- Entrevista com sindicato dos trabalhadores rurais.
Fazenda Palmital (Avaré - SP)	- Entrevistas com comunidades.
Fazenda Guarujá (Avaré - SP)	-Entrevistas com comunidades.
Fazenda Entre Rios Bairro Santo Inácio (Angatuba - SP)	- Entrevistas com comunidades.
Fazenda Entre Rios Bairro Baronesa (Bofete - SP)	- Entrevistas com comunidades.
Fazenda Ariona	- Aplicação de herbicidas manual;

	(Itatinga - SP)	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação de áreas degradadas; - Carregamento e transporte; - Estradas, remanescentes naturais; - Condições gerais das florestas.
	Fazenda Entre Rios (Angatuba - SP)	<ul style="list-style-type: none"> - Baldeio; - Colheita mecanizada; - Estradas, remanescentes naturais; - AAVC; - Condições gerais das florestas.
03/08/2016	Fazenda Seriema I e II (Itirapina - SP)	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação geral das condições de estradas, aceiros, remanescentes florestais, plantações, infraestrutura, máquinas e implementos; - Entrevistas com frente própria de colheita mecanizada; - Entrevistas com frente terceirizada de manutenção de estradas; - Entrevista com comboieiro terceirizado; - Entrevista com frente terceirizada de baldeio.
	Fazenda Santo Ângelo (Brotas - SP)	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação geral das condições de estradas, aceiros, remanescentes florestais, plantações, infraestrutura, máquinas e implementos; - Entrevistas com frente terceirizada de plantio e irrigação; - Entrevistas com frente terceirizada de preparo mecanizado do solo.
	Escritório Regional (Itirapina - SP)	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista com trabalhadores; - Consulta a partes interessadas.
	Fazenda Siriema (Itirapina - SP)	<ul style="list-style-type: none"> - Consulta a partes interessadas afetadas (vizinhos).
	Sindicato de Trabalhadores Rurais (Dourado - SP)	<ul style="list-style-type: none"> - Consulta a partes interessadas.
	Fazenda Santo Ângelo (Brotas - SP)	<ul style="list-style-type: none"> - Consulta a partes interessadas afetadas (vizinhos).
	Município de São Miguel Arcanjo - SP	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista com sindicato dos trabalhadores rurais.
	Bairro Cabaçais (Sarapuí - SP)	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas com comunidades.
	Fazenda Paraiso - casa	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas com comunidades.

	<p>sede (Itapetininga - SP)</p> <p>Fazenda Santa Elisa (São Miguel Arcanjo - SP)</p> <p>Fazenda Santa Rosa (São Miguel Arcanjo - SP)</p> <p>Fazenda Boa Vista (São Miguel Arcanjo - SP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Depósito de químicos; - Recuperação de áreas degradadas; - Estradas, remanescentes naturais; - Condições gerais das florestas. - Roçada manual; - Estradas, remanescentes naturais; - RLs e APPs em arrendamento; - Condições gerais das florestas. - Baldeio; - Estradas, remanescentes naturais; - Condições gerais das florestas.
04/08/2016	Escritório Florestal (Itapetininga - SP)	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista com trabalhadores; - Análise Documental.
05/08/2016	Escritório/Fábrica (Limeira - SP)	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista com trabalhadores; - Análise Documental; - Reunião de consolidação de equipe; - Reunião prévia com os responsáveis pelo manejo; - Reunião de encerramento.
<p>Número total de pessoas-dia utilizadas na auditoria: 48. = número de auditores participando 04 multiplicado pela média de número de dias gastos na preparação, visita de campo, e acompanhamento pós-visita, incluindo consultas com partes interessadas 12.</p>		

3.3. Descrição das etapas de auditoria

3.3.1. Análise de conformidade da documentação

Tem por objetivo realizar a análise da conformidade da documentação anteriormente enviada, em particular quanto a sua disponibilidade, organização e recuperação.

3.3.2. Auditoria de campo

A auditoria de campo é realizada nas dependências do empreendimento para analisar a manutenção do desempenho ambiental, social e econômico do manejo florestal do empreendimento de forma a assegurar o atendimento dos requisitos do padrão ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais ao longo do período de validade da certificação.

Durante a fase de avaliação de campo a equipe cumpriu as seguintes etapas:

- Análise de documentos do EMF – a documentação foi analisada para a obtenção de uma base de informações sobre o histórico recente, as atividades, o processo produtivo e detalhes sobre questões ambientais e sociais da operação florestal.

- Seleção de locais – juntamente com os responsáveis pelo manejo florestal a equipe revisou a documentação enviada pela empresa e, de posse dos mapas e das informações sobre as frentes de trabalho, selecionou os sítios a serem visitados. Priorizou-se a avaliação dos sítios com frentes de trabalho, buscando-se a amostragem de diferentes prestadores de serviços, situações topográficas e operações, amostrando-se adicionalmente outros aspectos como áreas de conservação e pesquisa, eventuais denúncias e documentação em escritório. A composição da amostragem e a decisão de visitas da equipe nas diferentes áreas considerou a distribuição regional das unidades de manejo.

- Consolidação parcial de equipe – no final de cada dia de trabalho foram efetuadas reuniões de equipe, presenciais ou por telefone, para análise dos dados observados, revisão de documentação (procedimentos de manejo florestal, políticas, plano de manejo etc.) e definição das atividades do dia seguinte.

- Discussão interna e apresentação preliminar dos resultados – após reunião da equipe para consolidação das principais constatações da avaliação, foi apresentado à direção da empresa um resumo dos pontos positivos e negativos observados, incluídos no relatório de avaliação.

3.3.3. Processo de consulta a partes interessadas

Durante a auditoria de monitoramento anual são conduzidas entrevistas com trabalhadores florestais e outras partes interessadas objetivando:

- Assegurar que o público esteja consciente e informado sobre o processo de avaliação de certificação e seus objetivos;
- Auxiliar a equipe de avaliação na identificação de tópicos potenciais; e
- Fornecer diferentes oportunidades ao público para discussão e participação no processo de levantamento de evidências.

3.3.4. Tratamento de não conformidades anteriores e identificação de novas não conformidades

Durante a semana de auditoria foram levantadas evidências para verificar as ações corretivas e preventivas implementadas para o atendimento de não conformidades aplicadas durante processos anteriores.

Caso sejam identificadas novas não conformidades durante esta auditoria, o empreendimento deverá definir e implementar ações corretivas e preventivas para seu atendimento, dentro dos prazos especificados.

3.3.5. Comissão de certificação

Este relatório de auditoria de monitoramento anual passará pela avaliação de uma comissão de certificação independente para validação da decisão de manutenção ou não do certificado do empreendimento tomada pela equipe do Imaflora.

4. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS

4.1. Análise de conformidade da documentação

Foram analisados os seguintes documentos disponibilizados pelo empreendimento certificado:

- Plano de Manejo 2016;
- Resumo Público do Plano de Manejo 2015;
- Planilha de controle de não conformidades CERFLOR 2015;
- Estatística do Sistema Âmbito – Agosto de 2016;
- *Check list* ambiental;
- Fluxograma de decisão para identificação e resolução de pendências;
- PPG.01.00111 - Critérios e Diretrizes para Solução de Conflitos de Natureza Fundiária;
- Monitoramentos legais, trabalhistas e de segurança e saúde ocupacional;
- Projetos de educação, alfabetização e saúde;
- Matriz Impactos Sociais UNF SP 2016ps;
- Procedimento de comunicação e relacionamento com partes interessadas (PPG.01.00106);
- Procedimento de gestão de desempenho social (PPG.01.00107);
- Procedimento de identificação e proteção de áreas de alto valor de conservação e locais de especial significado (PPG.01.00108);
- Procedimento de identificação, diagnóstico e monitoramento de comunidades tradicionais (PPG.01.00109);
- Procedimento Suzano em Campo (Suzano em campo);
- Registros de Queixas – 2016;
- “Lista de contatos região _ UNFSP”

Aspectos de disponibilidade, organização e recuperação dos documentos examinados foram considerados adequados pelo auditor.

Com fundamento no exame efetuado, concluiu-se pela conformidade da documentação examinada.

4.2. Tópicos sobre partes interessadas

Durante o processo de consulta às partes interessadas, a equipe de auditoria recebeu comentários de trabalhadores e partes interessadas externas. Foram resumidos a seguir os principais itens identificados pela equipe de avaliação, descrevendo-se os encaminhamentos e eventuais resultados definidos pela equipe de auditoria.

Comentário: os entrevistados destacaram, como aspecto positivo, o tratamento para minimização dos impactos negativos gerados pelas atividades operacionais, tais como umectação das estradas para o combate da poeira, melhoria e reparo das estradas com transporte de madeira e deslocamento dos maquinários para áreas não habitadas (vizinhos), no período noturno.

Resposta Imaflorea/Rainforest Alliance: N/A. Trata-se de Interfaces positivas com relação ao cumprimento dos padrões de certificação relacionados aos canais de diálogo entre o empreendimento e as comunidades e sociedade civil.

Comentário: foram apresentadas as seguintes queixas relacionadas a impactos socioambientais da eucaliptocultura:

- Difusão dos agrotóxicos pelo vento em áreas vizinhas com cultivo de hortaliças e leguminosas orgânicas;
- Assoreamento de recurso hídrico em áreas arrendadas.

Resposta Imaflora/Rainforest Alliance: a Organização realiza a avaliação dos aspectos e impactos gerados por suas operações de manejo florestal em parceria com uma empresa prestadora de serviços. São realizadas visitas às comunidades e vizinhos das áreas de manejo florestal para identificar os principais impactos percebidos pelas partes afetadas. A "Percepção de risco à saúde pela aplicação de herbicidas na silvicultura do eucalipto" é um dos aspectos considerados na avaliação de impactos do empreendimento. Este aspecto é considerado como de "abrangência pontual e distribuída" e de "alta significância". Para prevenção e mitigação deste impacto a Organização prevê: "1. Realizar aplicação de herbicida terrestre na altura do alvo conforme procedimento de controle e qualidade do plantio; 2. Realizar o plantio respeitando a distância mínima de 30 metros de benfeitorias conforme procedimento de controle e qualidade do plantio. 3. Respeitar distância segura de comunidades, poços e rios para uso e abastecimento público durante aplicação aérea conforme legislação vigente; 4. Quando da aplicação aérea de herbicida, informar as partes interessadas no entorno da operação sobre duração da atividade bem como procedimentos de saúde e segurança observados; e 5. Esclarecer partes interessadas sobre os procedimentos de aplicação de herbicida da Suzano". ("Matriz de Impactos Sociais UNF SP 2016"). O principal produto utilizado pela Organização em aplicações aéreas é o DIPEL, produto biológico autorizado para uso na eucaliptocultura e empregado também em agricultura orgânica, o qual, segundo descrição técnica, não geraria impactos negativos para outros animais. O NCR #03-2015 foi convertido em NCR Maior, tendo em vista que a Organização não possui uma avaliação de impactos específica para aplicação de pesticidas via aérea.

As áreas de arrendamento foram visitadas de forma amostral. Embora não tenham sido constatados casos específicos de assoreamento, e tenham sido evidenciadas práticas implantadas e esforços para aperfeiçoamento de controles de erosão e assoreamento, inclusive em áreas arrendadas pelo empreendimento, foram evidenciados danos ocasionados em remanescentes nativos advindos de diferentes fatores relacionados ao manejo florestal praticado, aplicando-se o NCR #01/16.

Comentário: queixas sobre ausência de "acordão" entre diferentes sindicatos de trabalhadores rurais, e acordos coletivos com Empresas Prestadoras de Serviços com menos benefícios do que as convenções coletivas da categoria.

Resposta Imaflora/Rainforest Alliance: a existência de um único acordo reunindo os diferentes sindicatos é uma alternativa desejável como fruto de diálogo e negociações entre as partes, mas não constitui um requerimento específico do padrão. Sobre a questão de diferenças de benefícios entre as prestadoras de serviços foi aplicada a OBS #02/16. Sobre monitoramentos trabalhistas foram evidenciados pela equipe de auditoria indícios de irregularidades, apontando-se a OBS #01/16.

Comentário: o denunciante diz que a empresa tem usado grande quantidade de herbicida em ações de recuperação de APPs, exterminando espécies importantes do bioma e tem utilizado espécies exóticas para os plantios de enriquecimento. O denunciante disse que conversou com técnico da empresa, mas que depois não houve retorno sobre os problemas levantados.

Resposta Imaflora/Rainforest Alliance: a organização apresentou evidências das tratativas em resposta ao denunciante, nas quais esclareceu que seu programa de restauração florestal

está atuando com foco principal em conduzir a regeneração natural e eliminar os fatores de ameaça como o capim e outras plantas invasoras. Neste contexto, foi utilizada herbicida para eliminar a matocompetição em área que não permite a regeneração natural. Foram plantadas cerca de 2.000 mudas de espécies nativas, compradas de um fornecedor local. O plantio de mudas nativas está previsto em PRAD. Foram visitadas de forma amostral duas áreas de recuperação durante a auditoria de campo, não sendo evidenciados o uso excessivo de herbicidas ou a presença de plantios de espécies exóticas nas áreas visitadas. Não foram identificadas não conformidades sobre o tema.

4.3. Cumprimento de relatórios de não conformidades anteriores (NCRs)

A seção a seguir descreve as atividades do empreendimento certificado visando o cumprimento de cada NCR aplicada durante auditorias anteriores. Para cada NCR solicitado são apresentadas as evidências de auditoria e a descrição de seu estado atual, em conformidade com as categorias da tabela abaixo. Falhas no cumprimento dos NCRs podem resultar na sua conversão para não conformidades maiores com prazo de cumprimento de três meses e risco de suspensão/cancelamento do certificado. A seguinte classificação é usada para indicar a situação de cada NCR:

Categorias de situação	Explicação
Encerrado	A operação cumpriu satisfatoriamente o NCR.
Aberto	A operação <u>não cumpriu</u> ou <u>cumpriu parcialmente</u> o NCR.

Marcar caso não aplicável (não há NCRs abertos a serem revisadas).

NCR #	01-2015
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 1.1.a.
Seção do Relatório	Anexo III.
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas	
<p><i>“1.1.a) existência de procedimentos de identificação da legislação e outros regulamentos aplicáveis às atividades de implantação e manejo da área de manejo florestal, como os da OIT no. 169 e da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.”</i></p> <p>Sistema de Gestão da Âmbito não está atualizado em relação ao cumprimento legal ou atendimento dos planos de ações previstos. Prazos para cumprimento de planos de ação estavam vencidos.</p> <p>Gestor do sistema não compreendeu suas obrigações perante o mesmo; não foram realizadas reuniões periódicas para tratar do assunto, conforme prevê o PPG.00.00069 “ Requisitos Legais Ambientais e Outros”; muitos responsáveis relacionados no sistema, com poucos realizando as devidas atualizações.</p>	
Solicitação de ação corretiva	<p>O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p> <p>Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não conformidade.</p>

Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	- Planilha de controle de não conformidades CERFLOR 2015; - Documento SF02 NC menor 01, contendo o plano de ação da Organização para o atendimento da não conformidade; - Estatística do Sistema Âmbito – Agosto de 2016.
Avaliação da eficácia da NCR	Foi efetuada uma atualização do sistema Âmbito para verificação das legislações disponibilizadas, tempo disponibilizado para análise e evidências de cumprimento. Estabeleceu-se uma frequência semanal para a verificação de novas obrigações. As tarefas de avaliação de obrigações, lançamento de evidências de cumprimento e abertura de planos de ação foram centralizadas em um único responsável e foi estabelecida uma frequência mensal de acompanhamento da situação dos planos de ação em andamento. A verificação do levantamento dos planos de ação para o mês de agosto revelou uma melhoria significativa na eficácia do sistema, que não apresentou planos de ação não atendidos e mais de 99% dos planos integralmente atendidos. O sistema implantado e os monitoramentos estabelecidos foram considerados suficientes para o encerramento da não conformidade.
Situação do NCR	ENCERRADO.
Comentários (opcional)	N/A.

NCR #	02-2015
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 1.1.b.
Seção do Relatório	Anexo III.
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas	
<i>“1.1.b) existência de registros que comprovem o atendimento à legislação e outros regulamentos aplicáveis às atividades de implantação e manejo da área de manejo florestal, quando couber.”</i>	
<p>Não evidenciada avaliação de cumprimento legal e outros requisitos socioambientais de áreas arrendadas, e cumprimento do código florestal. Contrato de arrendamento não inclui cláusulas ambientais ou de responsabilidade social para o proprietário.</p> <p>Evidenciado contrato de arrendamento da Faz Santa Clara.</p> <p>Alguns arrendamentos do escopo são áreas muito antigas e para os quais inexitem cláusulas contratuais que estabeleçam claramente a obrigatoriedade de apresentação de documentos que comprovem a regularidade legal ambiental.</p>	
Solicitação de ação corretiva	<p>O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p> <p>Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não conformidade.</p>
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.

Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	<ul style="list-style-type: none"> - Planilha de controle de não conformidades CERFLOR 2015; - Documento SF02 NC menor 02, contendo o plano de ação da Organização para o atendimento da não conformidade; - CARs inscritos do proprietário Gianni S Samaja; - <i>Check list</i> ambiental; - Planilha de gestão de ativos; - Fluxograma de decisão para identificação e resolução de pendências.
Avaliação da eficácia da NCR	A Organização elaborou um fluxograma de decisão para a identificação e resolução de problemas junto às propriedades arrendadas. Entre as medidas efetuadas encontram-se: o mapeamento da situação legal das 33 propriedades arrendadas que fazem parte do escopo de certificação; a definição de uma lista de verificação de pendências nessas áreas; a solicitação de documentos junto aos proprietários; o estabelecimento e a implantação de monitoramentos; e a atualização da base de mapas incluindo informações sobre APPs, RLs e outras áreas de remanescentes naturais. No momento da auditoria foi constatada a protocolização dos CARs para as 33 propriedades. Está em andamento a avaliação da integridade dos CARs protocolizados e a identificação de irregularidades para o estabelecimento de um plano de ação junto aos produtores. O prazo para a finalização desta etapa está previsto para o final do segundo semestre de 2016. Durante as visitas de campo foram amostradas propriedades arrendadas, não sendo identificadas irregularidades aparentes. O conjunto de medidas foi considerado suficiente para o encerramento da não conformidade, devendo-se, no entanto, acompanhar a finalização do plano de ação durante o próximo monitoramento anual.
Situação do NCR	ENCERRADO.
Comentários (opcional)	N/A.

NCR #	03-2015
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 2.1.d.
Seção do Relatório	Anexo III.
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas	
<p><i>“2.1.d) existência de procedimentos documentados para as atividades de produção de mudas, implantação, reforma, tratos silviculturais, abertura e manutenção de estradas, colheita e transporte do produto florestal. Estes procedimentos devem considerar recomendações para prevenir e mitigar impactos ambientais adversos.”</i></p> <p>Procedimentos operacionais não atualizados ou não descrevem atividades essenciais para o bom cumprimento da operação florestal.</p> <p>Evidências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Procedimento de Silvicultura não detalha condições ambientais de aplicação de herbicida, como velocidade do vento, calibração de instrumentos e pulverização aérea, entre outros. 	

Durante auditoria realizada no dia 20/01/16 na SP-02, Fazenda Boa Vista, UP 54I216, na Atividade, Aplicação de Herbicida Manual, realizada pela terceira JFI, a referida medição não havia sido realizada, entretanto, ao medirmos foram obtidos ventos com velocidades entre 9 a 14km/h. Cabe registrar que no procedimento que rege o limite de velocidade e a sistemática de controle da velocidade dos ventos, não há padrão descrito do uso de biruta, para orientar a correta direção dos ventos a serem medidos, assim como não há a definição da distância do solo = altura em que deve ser medido os ventos existentes, fatores que podem interferir nos resultados das respectiva medições.

- Procedimento de colheita PR.06.00058 desatualizado em relação à necessidade de elaboração do RISA e RIMA para avaliação sócio ambiental das áreas.

Procedimentos ainda sem revisão durante um longo tempo em função dos problemas com o sistema de controle de documentos.

Solicitação de ação corretiva	1 – Estabelecer grupos de trabalho para revisão dos procedimentos; 2 – Elaborar a revisão e atualizar o sistema; 3 – Treinar os envolvidos.
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	- DCO.03.00052 Manual de Treinamento – Silvicultura – Aplicação de Herbicida Mecanizado; - PPG.03.00146 Colheita de Madeira, revisão 0, 17_07_2016; - Pasta: “Aplicação aérea”.
Avaliação da eficácia da NCR	Foram realizadas forças-tarefa, para revisão dos procedimentos, incluindo a recodificação dos mesmos e foram apresentados registros do histórico de alterações dos procedimentos atualizados. Dessa forma, procedimentos antigos foram sistematicamente atualizados em toda a cadeia operacional. O procedimento DCO.03.00052 Manual de Treinamento – Silvicultura – Aplicação de Herbicida Mecanizado, revisão 0, indica prescrições de aplicação referente às condições de vento (abaixo de 10 km/h). Este procedimento inclui informações sobre a calibração de equipamentos. O procedimento de colheita foi atualizado (PPG.03.00146 Colheita de Madeira, revisão 0, 17_07_2016), retirando as citações ao RISA e RIMA, pois foram adotadas outras ferramentas: atualmente, a organização utiliza uma planilha de impactos pré-operacionais ambientais e sociais. Por meio das entrevistas com os responsáveis técnicos, foi evidenciado que a organização não possui um procedimento específico e uma avaliação prévia de impactos referentes à operação de pulverização aérea. A organização faz uso deste tipo de pulverização para aplicação do inseticida Dipel e foram apresentadas as licenças referentes à execução desta operação, bem como uma análise pós-operacional, referente à eficácia da pulverização. No entanto, não foram apresentadas evidências dos documentos acima mencionados. A operação de

	pulverização aérea foi objeto de reclamações recebidas por partes interessadas no ano vigente. Em função da ausência de adequação dos procedimentos e análises de impactos referentes à operação de pulverização aérea, converteu-se este NCR no NCR Maior #03-2015 .
Situação do NCR	ABERTO.
Comentários (opcional)	N/A.

NCR #	04-2015
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicadores 5.1.a e 2.1.a.
Seção do Relatório	Anexo III.

Descrição da não conformidade e evidências relacionadas

“5.1.a) evidência da identificação dos aspectos sociais e econômicos sobre os quais se possa ter influência e os impactos decorrentes.”

“2.1.a) existência de procedimentos que visem:

- *identificar todos os aspectos ambientais que possam ser controlados ou sobre os quais se possa ter influência e os impactos ambientais decorrentes;*
- *identificar e caracterizar os impactos ambientais significativos;*
- *caracterizar, analisar e estabelecer medidas para evitar ou minimizar impactos ambientais negativos na área de manejo florestal;*
- *monitorar a implementação das medidas para evitar, mitigar ou compensar impactos ambientais negativos significativos, causados pela atividade de manejo florestal.”*

Avaliação de impacto social anterior às atividades de maior impacto florestal, como a colheita, não evidenciado. O mapa de microplanejamento somente indica os locais onde se situam comunidades e áreas de conservação/preservação, mas não há avaliação de impactos e medidas específicas para as locais onde há comunidades que podem ser diretamente impactadas pelo manejo ou não há registro das atividades realizadas.

Evidências: Não evidenciado avaliação sócio ambiental pré operacional para evitar ou mitigar impactos sociais e ambientais de atividades como colheita e silvicultura, tais como impactos das rotas de transporte, emissão de poeira, travessia de pedestres ou escolas, período de carência após aplicação de herbicidas, comunicação, etc.

RIS – relatório de inventário social, que aborda os impactos e medidas mitigadoras/compensatórias – não evidenciado para Faz Aliperti que apresenta comunidade em área muito próxima ao empreendimento. Na AIA do setor de colheita, o aspecto de emissão de ruído, vibração e poeira, com impacto nas comunidades apresenta medida de controle descrita pelo procedimento de manutenção mecânica (PR.06.00078) que não é coerente com o impacto.

Foi realizada uma avaliação de impactos socioeconômicos em 2014, compreendendo uma amostragem de partes afetadas pelos impactos locais e regionais, porém a auditoria entende que há necessidade de levantar os impactos sociais antes das operações em cada localidade onde se situam comunidades.

Solicitação de ação corretiva	Realizar avaliação de impactos sociais pré operações florestais e plano
-------------------------------	---

	de ação para sua prevenção/mitigação em áreas onde há existência de comunidades que podem ser diretamente afetadas pelo manejo.
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	- Matriz Impactos Sociais UNF SP 2016, relatório de avaliação de impactos socioeconômicos – ambientais (Processos de Consulta); - Procedimento de gestão de desempenho social (PPG.01.00107 - GESTÃO DE DESEMPENHO SOCIAL); - Plano de ação da não conformidade (Tratativa.doc);
Avaliação da eficácia da NCR	A equipe de auditoria verificou a inclusão, pelos EMF, na matriz de impacto social, de impactos sociais, ambientais e econômicos relacionados a aspectos das atividades desenvolvidas pela organização no manejo florestal, como colheita, transporte e silvicultura. Além disso, foi verificada a existência de registro de verificação de avaliação de impactos nas comunidades que fazem parte da área de influência direta da empresa, incluindo relatório de análise das atividades florestais desenvolvidas em 2016 e das que serão desenvolvidas em 2017. Na Matriz de Aspectos e Impactos Ambientais da organização, estão presentes recomendações para mitigação e minimização dos impactos identificados em conjunto com as comunidades, agrupadas por fazenda e atividade. Além disso, foi verificada, durante a visita de campo e análise documental, a inclusão no planejamento das áreas operacionais e sua implementação.
Situação do NCR	ENCERRADO.
Comentários (opcional)	N/A.

NCR #	05-2015
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 2.2.g.
Seção do Relatório	Anexo III.
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas	
<i>“2.2.g) evidência de ações que incentivem programas de saúde junto às populações locais.”</i>	
Não identificado programa de incentivo à saúde para populações locais.	
A Empresa desenvolve programas de saúde apenas para colaboradores. Atualmente não há ação realizada para público externo.	
Solicitação de ação corretiva	Implementar programa de saúde voltado para populações locais. Estudar alternativas e definir quais serão as metodologias empregadas.
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	- Apresentação de treinamento de funcionários para apoio ao programa “Liderança Comunitária, Sensibilização”, em Itapetininga; - Apresentações em escolas públicas selecionadas (Suzano na Escola_2016_Itapetininga); - Evidências de iniciativas de saúde (Apoio ao Conselho Tutelar Itatinga contra as drogas);

	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de ação para atendimento do NCR (SF02 NC menor 05); - Mapeamento das escolas públicas no município de influência do EMF selecionado para hospedar projeto (Ensino Médio Itapetininga.xls); - Questionário de avaliação das atividades de engajamento dos estudantes (image2016-07-29-141331).
Avaliação da eficácia da NCR	A organização apresentou documentação de um projeto de saúde voltado à comunidade de um município que faz parte da área de influência do EMF, desenvolvido em parceria com uma organização internacional especializada no relacionamento com as comunidades e seu empoderamento. Esse projeto envolve o engajamento dos alunos de uma escola municipal no tema saúde com o intuito de formação de uma organização comunitária. Para este projeto, voluntários da organização são treinados para assistir aos jovens envolvidos. Além disso, foram apresentadas evidências de ações pontuais desenvolvidas pela organização, nas áreas de influência do EMF, referentes a temáticas envolvendo saúde e bem-estar, como doações ao Conselho Tutelar para um evento sobre combate ao uso de drogas, entre outros.
Situação do NCR	ENCERRADO.
Comentários (opcional)	N/A.

NCR #	06-2015
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 5.1.b/g.
Seção do Relatório	Anexo III.
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas	
<p><i>“5.1.b) evidência de ações para evitar, mitigar ou, quando aplicável, compensar impactos sociais e econômicos negativos significativos decorrentes.”</i></p> <p><i>“5.1.g) existência de ações que incentivem empreendimentos locais.”</i></p> <p>Não evidenciado eficácia dos programas sociais existentes para garantir que os impactos negativos do empreendimento sejam mitigados, compensados ou evitados, de acordo com a escala do empreendimento, com análise crítica periódica dos avanços atingidos.</p> <p>Os programas sociais não possuem indicadores de eficácia definidos, que possam ser avaliados numa análise crítica.</p>	
Solicitação de ação corretiva	Realizar avaliação de eficácia dos programas sociais existentes, em relação aos impactos negativos do empreendimento, para que os mesmos sejam prevenidos, mitigados ou compensados, de acordo com a escala do empreendimento. Contemplar os resultados da avaliação em análise crítica periódica.
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios de avaliação de projetos sociais (Avaliação Projeto Apicultura, Relatório Final - Mabuia – 2015; Relatório Final - Itapoty – 2015; Relatório Parcial 2016 – Projeto Trilhas do Cerrado); - Indicadores e análises críticas (Projeto Apicultura – Caracterização;

	<p>Projeto Apicultura – Eficácia; Projeto Apicultura - Eficácia 1; Projeto Apicultura - Eficiência 1; Projeto Apicultura - Eficiência 2; Projeto Apicultura - Eficiência 3; Projeto Apicultura - Eficiência 4; Indicadores Trilhas);</p> <p>- Cronograma de devolutiva para os envolvidos (Cronograma Social 2016);</p> <p>- Plano de ação da não conformidade (Tratativa.doc).</p>
Avaliação da eficácia da NCR	<p>A organização apresentou documentos relativos à realização de monitoramento e avaliações de eficácia dos projetos sociais implantados. Os documentos incluem informações como caracterização dos envolvidos, indicadores socioeconômicos de diferentes anos, análise de eficiência dos projetos e comparação entre os participantes, entre outras informações. Além disso, foi verificada a existência, no cronograma de atividades da área responsável pelas temáticas sociais, de encontros para promover a devolutiva das análises efetuadas com as organizações envolvidas nos projetos sociais do EMF.</p>
Situação do NCR	ENCERRADO.
Comentários (opcional)	N/A.

NCR #	07-2015
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 5.1.h.
Seção do Relatório	Anexo III.
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas	
<p><i>“5.1.h) existência de programas implementados de saúde, alfabetização, segurança e higiene dos trabalhadores florestais, acessíveis a seus dependentes diretos. ”</i></p> <p>Plano de saúde da subcontratada TIDE foi cortado e nenhum outro benefício de incentivo à saúde foi dado aos trabalhadores.</p> <p>A empresa teve dificuldades operacionais e precisou reduzir custos</p>	
Solicitação de ação corretiva	<ul style="list-style-type: none"> - Negociar a empresa para estabelecer um benefício de incentivo à saúde; - Estabelecer sistemática de comunicação interna quanto a questões de programas de incentivo à saúde.
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	<ul style="list-style-type: none"> - Contrato de prestação de serviços (“<i>Contrato Tide.pdf</i>”); - Aditivo de contrato com a EPS (“<i>Tide_Aditivo.pdf</i>”); - Convenção coletiva da EPS (“<i>Convenção Coletiva 2016-2017 Tide.pdf</i>”); - Declaração dos trabalhadores (“<i>Declaração de que todos possuem cartão SUS.pdf</i>”); - Projetos de saúde para trabalhadores, familiares e comunidades (“<i>Projetos de Saúde</i>”); - Relatório Instituto Ayrton Senna (“<i>Relatório Parcial 2015_Suzano e</i>

	IAS.pdf”).
Avaliação da eficácia da NCR	<p>A Organização fornece para seus trabalhadores próprios e dependentes: plano de saúde, campanhas de vacinação e ações de melhoria da qualidade de vida como o SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho) que aborda temas sobre doenças sexualmente transmissíveis, álcool e drogas, meio ambiente, segurança e uma visão geral sobre LER (lesão por esforço repetitivo) e DORT (distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho).</p> <p>Na avaliação documental foi observado que a Organização apoia eventos esportivos e de qualidade de vida, como o “Passeio Ciclístico”, no município de Suzano e os “Circuitos de Corridas”, com a participação dos colaboradores das Unidades Suzano e Limeira. Os eventos são abertos ao público, em geral, e a Organização incentiva a participação de seus trabalhadores. Relacionado ao tema de alfabetização, a Organização apoia desde 2015 o programa “Super Ação Jovem” do Instituto Ayrton Senna, que atua com projetos educacionais em escolas públicas nos municípios do interior do Estado de São Paulo.</p> <p>Na amostragem de EPS foi observado que treze das quinze empresas auditadas disponibilizam planos de saúde para seus trabalhadores, extensivos ou não aos seus dependentes. A Organização monitora o fornecimento dos plano de saúde para seus trabalhadores terceirizados, quando o benefício está associado à convenção e acordos coletivos ou exigências contratuais. Quando não há exigências legais a Organização segue o disposto na legislação trabalhista, assegurando que todos os trabalhadores tenham a carteirinha do Sistema Único de Saúde da rede pública de atendimento.</p> <p>A equipe de auditoria concluiu que o conjunto de ações e programas evidenciados por meio de documentos, entrevistas e observações de campo corroboram a conformidade com o indicador.</p>
Situação do NCR	ENCERRADO.
Comentários (opcional)	N/A.

NCR #	08-2015
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 2.1.
Seção do Relatório	Anexo III.
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas	
<p><i>“2.1 A organização deve adotar estratégias orientadas para o uso e o manejo sustentáveis dos recursos florestais.”</i></p> <p>Evidenciado na fazenda Ariona, equipamentos florestais tais como carroceria, em área oficialmente reconhecida como Reserva Legal, de acordo com o CAR (Cadastro Ambiental Rural).</p> <p>Verificar a abrangência para as demais área do escopo desta certificação.</p>	

<p>Na antiga área da sede da Fazenda Ariona as casas foram demolidas e houve o plantio de nativas. Porém, na borda desta área (divisa com a UP53D254), onde está localizado o embarcador de implementos, o plantio não ocorreu. Dessa forma, houve um entendimento equivocado por parte dos funcionários de que o espaço do embarcador poderia continuar sendo utilizado, o que foi também reforçado pela falta de um alinhamento entre as partes envolvidas (ausência de treinamento/comunicação).</p>	
Solicitação de ação corretiva	<p>Os equipamentos florestais foram retirados do local e será criado um novo espaço para o embarque das máquinas. Para garantir o alinhamento, todos os colaboradores envolvidos foram reunidos e devidamente orientados a respeito das restrições de utilização da área por se tratar de uma reserva legal.</p> <p>Os mapas de RL serão reavaliados em referência ao CAR e adequados caso seja pertinente.</p> <p>Por fim, também os demais colaboradores terceiros da UNF-SP serão instruídos quanto ao uso do solo e o respeito às áreas de preservação para abrangência desta tratativa.</p> <p>Tais ações serão evidenciadas por meio de registros fotográficos e documentos assinados pelos envolvidos.</p>
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	- Mapa atualizado da Fazenda Ariona.
Avaliação da eficácia da NCR	O mapa foi retificado, de forma a indicar corretamente a área de reserva legal. A área utilizada para a deposição de equipamentos não fazia parte da reserva legal, tendo sido constatado e corrigido o erro cartográfico. Como medida preventiva, foi feito um trabalho de conscientização das frentes, em forma de DDS, para evitar deposição de equipamentos em remanescentes nativos. Foram apresentadas evidências desses treinamentos. Na avaliação da equipe de auditoria, a causa da não conformidade deixou de existir.
Situação do NCR	ENCERRADO.
Comentários (opcional)	N/A.

4.4. Seguintos de não conformidades anteriores

Marcar caso não aplicável (não há NCRs abertas a serem revisadas ou todos os NCRs foram encerrados durante este monitoramento anual).

NCR Maior #	03-2015
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 2.1.d.
Seção do Relatório	Anexo III.
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas	

“2.1.d) existência de procedimentos documentados para as atividades de produção de mudas, implantação, reforma, tratos silviculturais, abertura e manutenção de estradas, colheita e transporte do produto florestal. Estes procedimentos devem considerar recomendações para prevenir e mitigar impactos ambientais adversos.”

Procedimentos operacionais não atualizados ou não descrevem atividades essenciais para o bom cumprimento da operação florestal.

Evidências:

- Procedimento de Silvicultura não detalha condições ambientais de aplicação de herbicida, como velocidade do vento, calibração de instrumentos e pulverização aérea, entre outros.

Durante auditoria realizada no dia 20/01/16 na SP-02, Fazenda Boa Vista, UP 541216, na Atividade, Aplicação de Herbicida Manual, realizada pela terceira JFI, a referida medição não havia sido realizada, entretanto, ao medirmos foram obtidos ventos com velocidades entre 9 a 14km/h. Cabe registrar que no procedimento que rege o limite de velocidade e a sistemática de controle da velocidade dos ventos, não há padrão descrito do uso de biruta, para orientar a correta direção dos ventos a serem medidos, assim como, não há a definição da distância do solo = altura em que deve ser medido os ventos existentes, fatores que podem interferir nos resultados das respectiva medições.

- Procedimento de colheita PR.06.00058 desatualizado em relação à necessidade de elaboração do RISA e RIMA para avaliação sócio ambiental das áreas.

Procedimentos ainda sem revisão durante um longo tempo em função dos problemas com o sistema de controle de documentos.

Solicitação de ação corretiva	1 – Estabelecer grupos de trabalho para revisão dos procedimentos; 2 – Elaborar a revisão e atualizar o sistema; 3 – Treinar os envolvidos.
Prazo para a adequação	Encerramento até a data de 26 de dezembro de 2016. A avaliação deverá ocorrer por meio de exame de documentos.
Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	- DCO.03.00052 Manual de Treinamento – Silvicultura – Aplicação de Herbicida Mecanizado; - PPG.03.00146 Colheita de Madeira, revisão 0, 17_07_2016; - Pasta: “Aplicação aérea”.
Avaliação da eficácia da NCR	<u>Atualização 2016:</u> Foram realizadas forças-tarefa, para revisão dos procedimentos, incluindo a recodificação dos mesmos e foram apresentados registros do histórico de alterações dos procedimentos atualizados. Dessa forma, procedimentos antigos foram sistematicamente atualizados em toda a cadeia operacional. O procedimento DCO.03.00052 Manual de Treinamento – Silvicultura – Aplicação de Herbicida Mecanizado, revisão 0, indica prescrições de aplicação referente às condições de vento (abaixo de 10 km/h). Este procedimento inclui informações sobre a calibração de equipamentos.

	<p>O procedimento de colheita foi atualizado (PPG.03.00146 Colheita de Madeira, revisão 0, 17_07_2016), retirando as citações ao RISA e RIMA, pois foram adotadas outras ferramentas: atualmente, a organização utiliza uma planilha de impactos pré-operacionais ambientais e sociais.</p> <p>Por meio das entrevistas com os responsáveis técnicos, foi evidenciado que a organização não possui um procedimento específico e uma avaliação prévia de impactos referentes à operação de pulverização aérea. A organização faz uso deste tipo de pulverização para aplicação do inseticida Dipel e foram apresentadas as licenças referentes à execução desta operação, bem como uma análise pós-operacional, referente à eficácia da pulverização. No entanto, não foram apresentadas evidências dos documentos acima mencionados. A operação de pulverização aérea foi objeto de reclamações recebidas por partes interessadas no ano vigente. Em função da ausência de adequação dos procedimentos e análises de impactos referentes à operação de pulverização aérea, o NCR Menor foi convertido a NCR Maior.</p>
Situação do NCR	ABERTO.
Comentários (opcional)	N/A.

4.5. Descrição de novas não conformidades encontradas (NCRs)

Uma não conformidade é uma discrepância ou falha identificada entre algum aspecto do sistema de gestão do EMF e um ou mais requisitos de certificação. Dependendo da gravidade da não conformidade, a equipe de avaliação a classifica como uma não conformidade maior ou menor.

- **Não conformidade Maior** é resultante de uma falha fundamental para atingir o objetivo do critério. Uma série de não conformidades menores em um requerimento pode ter um efeito cumulativo e ser considerada uma não conformidade maior.
- **Não conformidade Menor** é uma não conformidade não usual, temporária ou não sistemática, para a qual os efeitos são limitados.

NCR #	01/16
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 3.5.b.
Seção do Relatório	Anexo III.
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas	
<i>3.5.b existência de práticas silviculturais ou procedimentos que visem a proteção, restauração e manutenção de áreas de relevante interesse ecológico.</i>	
Não conformidade: foram evidenciadas práticas silviculturais causando danos a remanescentes naturais, de relevante interesse ecológico.	
Evidências:	
Durante as visitas de campo foram evidenciadas estradas em condições avançadas de erosão	

ocasionando impactos nos remanescentes naturais, obras de contenção de erosão construídas em remanescentes sem necessidade técnica e a manutenção de uma passagem por APP sem qualquer necessidade operacional. Embora exista uma conscientização da empresa sobre as necessidades de melhoria, com a elaboração de um plano de ação incluindo medidas de planejamento, treinamento e conscientização de gestores e operadores, aplicou-se a presente não conformidade para acompanhamento da efetividade de execução do plano de ação no próximo monitoramento anual.	
Solicitação de ação corretiva	O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima. Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não conformidade.
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	PENDENTE.
Avaliação da eficácia da NCR	PENDENTE.
Situação do NCR	ABERTO.
Comentários (opcional)	N/A.

4.6. Observações

Observações podem ser aplicadas quando os estágios iniciais de um problema são identificados e não constituem uma não conformidade atual, mas podem se tornar uma não conformidade futura se ações não forem tomadas pelo empreendimento.

OBS 01/16	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 1.3.d.
Descrição das evidências encontradas: embora a organização possua um sistema de monitoramento robusto para assegurar o cumprimento de quesitos legais e contratuais de suas empresas prestadoras de serviços, foram evidenciados, nas entrevistas e avaliação documental, indícios de irregularidades trabalhistas e contratuais, incluindo o não fornecimento de plano de saúde, ausência de pagamento de horas <i>in itinere</i> , ausência de dia para desconto de pagamento em cheque e o descumprimento de itens da convenção coletiva nos municípios de Lucianópolis e Ubirajara. Foi aplicada uma observação em função da ausência de evidências objetivas suficientes para caracterizar a ocorrência das irregularidades levantadas.	
Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.	

OBS 02/16	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 5.1.c.
Descrição das evidências encontradas: embora a Organização possua um sistema robusto de monitoramento de terceiros e avaliação dos seus impactos socioeconômicos, não foram evidenciados mecanismos de monitoramento dos benefícios gerados para os trabalhadores terceirizados nem medidas para potencializar os impactos positivos gerados por meio da geração de empregos indiretos e da melhoria na qualidade de vida e condições de trabalho dos trabalhadores de suas EPS.	
Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.	

OBS 03/16	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 5.2 b.
Descrição das evidências encontradas: embora a organização implemente processos e tenha programas ativos de consulta e canais de diálogo com as partes afetadas por suas operações, na visita de campo, em três rotas utilizadas para o transporte de madeira e em dois vizinhos, evidenciou-se que os entrevistados não tinham conhecimento dos canais de comunicação da empresa. A empresa apresentou um cronograma de engajamento contemplando as operações nas quais se detectou a fragilidade do sistema de comunicação, justificando-se a aplicação de uma observação.	
Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.	

4.7. Conclusões de auditoria

Com fundamento na análise da conformidade do manejo do EMF com relação aos princípios, critérios e indicadores, a equipe de auditoria recomenda:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Requisitos <u>atendidos</u> , manutenção da certificação recomendada. NCR(s) encerradas NCRs Menores #01, 02, 04, 05, 06, 07 e 08/15. Mediante aceitação das NCRs aplicadas abaixo NCR Menor #01/16 e NCR convertida a Maior #03-2015 .
<input type="checkbox"/>	Requisitos de certificação <u>não atendidos</u> . NCR(s) não atendido(s); suspensão requerida.
Comentários adicionais:	N/A.
Problemas identificados como controversos ou de difícil avaliação:	N/A.

ANEXO I – Escopo do EMF

(OBSERVAÇÃO: formulário a ser preenchido pelo cliente antes da auditoria. As informações devem ser verificadas pela equipe de auditoria).

Informações sobre o empreendimento de manejo florestal:

Nome Legal do EMF:	Suzano Papel e Celulose S.A. - Unidade São Paulo
--------------------	--

1. Escopo do certificado

Tipo do Certificado: individual.

2. Informação do EMF

Zona Florestal	Tropical.
Área certificada por tipo de floresta	
- Natural	53.496,24 hectares
- Plantação	107.670,58 hectares
Margens de rios e corpos de água	- quilômetros lineares

3. Classificação da área florestal

Área total certificada	168.963,67 ha
1. Total da área florestal no escopo do certificado. Total da área florestal no escopo do certificado	161.166,82 ha
a. Área de produção florestal	107.670,58 ha
b. Área florestal não produtiva	53.496,24 ha
- Áreas de proteção florestal (reservas)	53.496,24 ha
- Áreas protegidas sem operação de colheita e manejadas somente para produção de NTFP ou serviços	0,0 ha
2. Área não florestal (<i>ex., margens de rios, formações rochosas, campos, etc.</i>)	7.796,85 ha

4. Espécies e taxa sustentável de colheita

Nome científico	Nome comum / comercial	Safra atual (2015)	Safra projetada para o próximo ano
<i>Eucalyptus spp.</i>	Eucalipto.	3.970.420 m3	4.038.916 m3
Total		3.970.420 m3	4.038.916 m3
Total estimado de produção anual de toras			3.970.420 m3
Total estimado de produção anual certificada (produtos NTFP):			0,0 m3
Lista de produtos NTFPs certificados:			0 m3

5. Trabalhadores

Número de trabalhadores (incluindo funcionários, de meio-expediente e trabalhadores temporários):

Número total de trabalhadores:	315 trabalhadores	
Do total de trabalhadores acima:	252 homens	63 mulheres
Número de acidentes graves	1	
Número de fatalidades	0	

ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas

Lista de funcionários do EMF

Nome	Cargo/função	Contato	Tipo de participação
Adilécio de Freitas	Gerente Operacional de Silvicultura	Não disponibilizado	Acompanhamento
Alexandre Di Ciero	Gerente Executivo de Sustentabilidade	Não disponibilizado	Acompanhamento
Antonio Carlos Correa	Técnico de Viveiro Florestal	Não disponibilizado	Acompanhamento
Aparecida de Fátima da Silva Alves	Ajudante de Viveiro	Não disponibilizado	Entrevista
Caio Marcelo Assis da Costa	Analista de Meio Ambiente	Não disponibilizado	Acompanhamento
Carlos Alberto Maria	Técnico de Operações Florestais	Não disponibilizado	Entrevista
Carlos Alberto Scantamburlo	Coordenador de Segurança do Trabalho	Não disponibilizado	Entrevista
Cláudia Simon de Campos	Consultora de Certificações Florestais	claudia.campos@suzano.com.br ; (11) 97515-7529	Entrevista
Daiane Aparecida Rodrigues da Silva	Ajudante de Viveiro	Não disponibilizado	Entrevista
Daniela Dadrino Camargo	Analista de Contratos Sr.	Não disponibilizado	Entrevista
Danilo Martins Domingos	Coordenador de Sustentabilidade	Não disponibilizado	Acompanhamento
Edson José Cozzati	Supervisor de Colheita	Não disponibilizado	Entrevista
Ellen Aline Padilha	Técnica de Viveiro Florestal	Não disponibilizado	Acompanhamento
Eloi Ofsiany	Supervisor de Silvicultura	Não disponibilizado	Entrevista
Estêvão do Prado Braga	Gerente de Sustentabilidade	Não disponibilizado	Acompanhamento
Fabio Luiz Lucchetti	Analista de Contratos	Não disponibilizado	Entrevista
Franciele de Fátima de Oliveira	Ajudante de Viveiro	Não disponibilizado	Entrevista
Isis Westphal de Oliveira	Analista de Meio Ambiente	Não disponibilizado	Acompanhamento
Luiz Picelli	Técnico Operações Florestais	Não disponibilizado	Entrevista
Marcelo Thomazzi	Técnico Administrativo	Não disponibilizado	Entrevista

Mariana Frota	Analista de Sustentabilidade	Não disponibilizado	Acompanhamento
Mariana Frotas	Analista de sustentabilidade	Não disponibilizado	Entrevista
Natalia Thomazini Bolognese	Analista Certificações Florestais	Não disponibilizado	Acompanhamento
Nivaldete Benedito de Souza	Ajudante de Viveiro	Não disponibilizado	Entrevista
Renata Bertolai Rodrigues	Analista de Desenvolvimento Operacional	Não disponibilizado	Entrevista
Roberto Góis	Supervisor de logística	Não disponibilizado	Entrevista
Ronaldo Perussi	Operador de Máquinas Florestais	Não disponibilizado	Entrevista
Valeria Aparecida de Oliveira	Ajudante de Viveiro	Não disponibilizado	Entrevista

Lista de outros consultados

Nome	Organização	Contato	Tipo de participação	Follow up req ¹
Adalto Fernandes Barbosa	Tramaterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Adriano Soares	Morador Fazenda Paraíso (Itapetininga)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Alessandro César da Costa	Marquesim Transportes	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Alessandro Clóvis Paulino	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Alex Aparecido Bueno	Tramaterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Alexandre Sebastião Camparini	Irmãos Bacin	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Aloísio da Silva	JRM	Não disponibilizado	Entrevista	Não
André do Nascimento Neri	Marquesim Transportes	Não disponibilizado	Entrevista	Não
André Semeone	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Antônio Roberto Ferrari	Tramaterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Antônio Soares da Silva	Tramaterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Antônio Vicente da Silva	Morador Fazenda São José - Bairro Baronesa (Bofete)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Benedito Aparecido Campos	TECPAR	Não disponibilizado	Entrevista	Não

¹Indicar se a parte interessada solicitou, formalmente (documentado), acompanhar como os seus comentários foram abordados durante a avaliação. TM deve fornecer o resumo público as partes interessadas que solicitarem formalmente (documentado) o acompanhamento de seus comentários dentro de 3 meses contados a partir da reunião de encerramento.

Caíque Valério	GM Florestal	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Carlos Alessandro Rocha Pereira	Tramaterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Cícero Alexandre Constantino	Tramaterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Dalci Rodrigues Filho	Vizinho Fazenda Paraiso (Itapetininga)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Dalvan Aparecido Guimarães	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Dionésio Bueno de Araújo	Cassini	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Dorival da Cruz Souza	Cassini	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Edson Correia da Rocha	Tramaterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Edson Martins	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Manuel (São Manuel – SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Eliana Francisco Antônio	Fazenda Santa Rita (Agudos - SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Eliel da Silva Magalhães	Tramaterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Elielton Antonio Paes	TECPAR	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Emilio Pereira Barbosa Neto	Funai Substituto da coordenação técnica	Emilio.neto@funai.gov.br	Entrevista telefônica	Sim
Érico Gustavo Ribeiro	Pombo Transporte	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Fábio Ferrari Sanches	Tramaterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Fernando da Rocha Ramos	Tramaterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Gelson Luís de Souza	Tramaterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Giovana Diaz de Oliveira	Morador Bairro Santo Inácio (Angatuba/SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Givanildo Marcos da Cruz	Tramaterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Idacil Vieira	Morador Bairro Santo Inácio (Angatuba/SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Idiane Holz	Moradora Bairro Cabaçais (Sarapuí/SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Isabel Paulino da Rocha	Assentamento Moracy (Agudos - SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Janilton Alexandre Viera	Morador Fazenda Paraiso (Itapetininga)	Não disponibilizado	Entrevista	Não

Jilmar Aparecido de Oliveira	Morador Bairro Santo Inácio (Angatuba/SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
João Antonio Carvalho	Vizinho Fazenda Guarujá (Avaré/SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
João Batista Fontinelli	TECPAR	Não disponibilizado	Entrevista	Não
João José de Souza	TECPAR	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Joel Santiago de Andrade	Associação de Apicultores do Polo Cuesta	Não disponibilizado	Entrevista	Não
José Donizeti Alves	Moradora Bairro Cabaçais (Sarapuí/SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
José dos Santos Silva	Pombo Transporte	Não disponibilizado	Entrevista	Não
José Nilson da Silva	JRM	Não disponibilizado	Entrevista	Não
José Roberto Xavier	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Laurindo Bruço Filho	JRM	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Luís José de Almeida	Irmãos Bacin	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Luís Norberto Lopes	Moradora Bairro Cabaçais (Sarapuí/SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Luiz Carlos Alves	TECPAR	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Maísa Gato	Assistente Administrativa sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel (São Miguel/SP)	strsma@yahoo.com.br	Entrevista	Sim
Maniusa Cardoso da Silva Santos	Moradora da vila da Fazenda São João Cutrale (Bofete/SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Marcelino da Silva Braga Jr	JRM	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Marcelo Mazon	GM Florestal	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Marcia Maria Martins Sagasa	Moradora Bairro Cabaçais (Sarapuí/SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Marco Antônio de Oliveira	EGF Tratores	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Marco Rogério de Oliveira	Tide	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Marcos Marcolino	GM Florestal	Não disponibilizado	Entrevista	Não

Maria de Fátima	Associação dos Assentados Camponeses Fruto da Terra Assentamento Moracy (Agudos - SP)	associaçãofrutodaterra@gmail.com ; (14) 99689-8139	Entrevista	Sim
Mário Caetano Mitidieri	Tramaterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Moises Brandão dos Santos	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angatuba Alambari, Itapetininga e Campinas de Monte Alegre	serurais.itapetininga@hotmail.com	Entrevista	Sim
Nelson Carlos da Silva	Tramaterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Nelson Gomes da Silva	JRM	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Nilson de Almeida	Tide	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Nilson Xisto do Nascimento	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Nivaldo Cunha	Irmãos Bacin	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Paulo Cesar de Souza	EGF Tratores	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Pedro Camilo de Souza	Tramaterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Pedro Gonçalves	Tramaterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Raimundo Nonato Xavier de Souza	JRM	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Roberto Gonçalves Dias	Cassini	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Roberto Pereira de Melo	Vizinho, morador da Fazenda Palmital (Avaré/SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Ronival de Oliveira Rocha	Tramaterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Rui Gomes da Silva Júnior	Prefeitura Municipal de Itirapina (Itirapina – SP)	ruygomesjr@gmail.com ; (19) 99923-7207/ 99786-5844	Entrevista	Sim
Sebastião Ferreira Pedro	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dourado (Dourado – SP)	ser.dourado@uol.com.br ; (16) 3345-1730/ (16) 3344-2026	Entrevista	Sim
Sérgio Luiz Teodoro	GM Florestal	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Sérgio Sales de Oliveira	Risel Combustíveis	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Sidnei Vieira Soares	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Simone Fernanda Ciscato	ONG - Associação Vida Animal de Itirapina (Itirapina – SP)	simonevet13@gmail.com	Entrevista	Sim

Sueli Aparecida de Oliveira	Morador Bairro Santo Inácio (Angatuba/SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Vagner Fernandes de Campos	Irmãos Bacin	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Valdir dos Santos	TECPAR	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Valdir Nogueira Laurindo	Tide	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Valter Alves da Cruz	JRM	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Wagner Ferreira	Marquesim Transportes	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Wagner Souza da Silva	TECPAR	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Waldomiro Nunes	Presidente Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel (São Miguel/SP)	strsma@yahoo.com.br	Entrevista	Sim
Walter Lino	TECPAR	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Wesley Campos Pires	TECPAR	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Wesley de Oliveira	EGF Tratores	Não disponibilizado	Entrevista	Não

ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal

A tabela a seguir demonstra a conformidade ou não com o padrão de manejo florestal ABNT NBR 14789:2012:

P & C	Conformidade: Sim, Não, N/A. ou N/M.	Descrição do atendimento dos requisitos da norma (incluir os elementos organizacionais que foram avaliados).	NCR/OBS (#)
Princípio 1 – Cumprimento da legislação.			
1.1	-	-	-
a)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
b)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
1.2	-	-	-
a)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
b)	Sim.	Foi verificado, durante o preparo da auditoria e a amostragem das áreas a serem visitadas, que nos mapas georreferenciados (“Mapas Sociais 2016 SP2, SP3, SP4, SP5, SP6” do sistema “GISonline”) estão identificadas as comunidades na área de influência da organização. Durante a visita de campo, foram encontradas com precisão as comunidades escolhidas para a verificação amostral.	N/A.
c)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
d)	Sim.	A Organização apresentou o procedimento “PPG.01.00111 - Critérios e Diretrizes para Solução de Conflitos de Natureza Fundiária”, que prevê, em seu item “5.2”, medidas para a tentativa de negociação amigável envolvendo as partes afetadas. Não foram evidenciadas disputas relacionadas aos direitos de posse e uso da terra, ou o envolvimento em conflitos de magnitude substancial.	N/A.
e)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
1.3.	-	-	-
a)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
b)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
c)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
d)	Sim.	Durante as entrevistas com partes interessadas e avaliação documental, foram observados indícios de irregularidades trabalhistas e descumprimento de exigências contratuais, tais como o não fornecimento de planos de saúde estabelecidos em contrato (Tide), a ausência de pagamento de horas <i>in itinere</i> (Pombo e GM Florestal), a ausência de dia para desconto de pagamento em cheque (GM Florestal), e o descumprimento de itens da convenção coletiva nos municípios de Lucianópolis e	OBS #01/16.

		Ubirajara (Tramaterra). Em função da ausência de evidências objetivas suficientes para caracterizar a ocorrência das irregularidades levantadas, foi emitida a OBS #01/16.	
e)	Sim.	<p>A Organização e suas EPS fornecem os equipamentos de proteção individual (EPI) aos trabalhadores, sem ônus e em boas condições, apropriados às atividades e aos equipamentos utilizados. Possuem PPRA e PCMSO adaptados à atividade e intensidade das funções exercidas pelos trabalhadores. Na avaliação documental, foram verificados os PCMSOs, PPRAs e as listas de EPIs, ASOs e Holerites de três empresas prestadoras de serviços (Tide, Tramaterra e GM Florestal). Não foram evidenciadas não conformidades entre as orientações dos PCMSOs e PPRAs, os exames de saúde ocupacional e os EPIs utilizados em campo.</p> <p>A Organização possui um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional e meio ambiente que inclui programas como SIPATR, CIPATR, plano de atendimento a emergências, entre outros. A equipe de auditoria destacou, como pontos positivos, os programas de linha mestra, que estabelecem atos faltosos para os gestores das atividades operacionais relacionados ao não cumprimento dos principais riscos de segurança ao trabalhador, gerando aplicação de multa contratual, (no caso de prestadores de serviços), ou medidas disciplinares (no caso de trabalhadores próprios), e os programas de incentivos (Programa de Reconhecimento e Programa de Segurança em Família), que premiam os trabalhadores e as EPS que apresentam os melhores resultados em SSO.</p>	N/A.
Princípio 2 – Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade.			
2.1	-	-	-
a)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
b)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
c)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
d)	Não.	<p>Foram evidenciados procedimentos operacionais adequados para as principais atividades de manejo florestal da Organização.</p> <p>Por meio das entrevistas com os responsáveis técnicos, foi evidenciado que a organização não possui um procedimento específico e uma avaliação prévia de</p>	NCR Maior #03/15.

		<p>impactos referentes à operação de pulverização aérea. A organização faz uso deste tipo de pulverização para aplicação do inseticida Dipel e foram apresentadas as licenças referentes à execução desta operação, bem como uma análise pós-operacional, referente à eficácia da pulverização. No entanto, não foram apresentadas evidências dos documentos acima mencionados. A operação de pulverização aérea foi objeto de reclamações recebidas por partes interessadas no ano vigente. Em função da ausência de adequação dos procedimentos e análises de impactos referentes à operação de pulverização aérea, converteu-se este NCR no NCR Maior #03-2015.</p>	
e)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
f)	Sim.	<p>O Plano de Manejo 2016 define os responsáveis pelas atividades de manejo, em seu item “A Unidade de Negócio Florestal no estado de São Paulo (UNF-SP)”, figuras 8 e 9. Os procedimentos operacionais avaliados possuem a indicação dos responsáveis por sua aprovação e implementação.</p>	N/A.
2.2	-	-	-
a)	Sim.	<p>O Plano de Manejo 2016 (e documentos correlatos) inclui os seguintes componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - condições do manejo em função das peculiaridades regionais e locais: “b. Caracterização da região de atuação da Suzano no estado de São Paulo”; “c. Caracterização socioeconômica da região de atuação da Suzano no estado de São Paulo”; “d. Fatores Regionais Limitantes e Potenciais”; - esquema de manejo silvicultural a ser implementado: item “4. Princípios e Ações para a Certificação Florestal” - justificativa da viabilidade econômica do manejo: “Caracterização do Negócio”; “Viabilidade Econômica do Negócio”; - sistema de malha viária: base cartográfica das fazendas visitadas; - idade de colheita prevista: “4.2. Parceria Florestal”; - estimativa de crescimento e de produção: “4.1.3.7. Planejamento Tático e Otimizado”; - mapas e croquis da área de manejo florestal com indicações da ocupação e uso da terra: base cartográfica das fazendas visitadas; - levantamentos topográficos, classe ou tipos de solo e tipologias da vegetação, bem como dos recursos hídricos disponíveis: base cartográfica das fazendas visitadas; 	N/A.

		<ul style="list-style-type: none"> - existência de um programa plurianual de plantio ou reforma, colheita e manutenção: “4.1.3.7. Planejamento Tático e Otimizado”; - planos de contingência nos casos de incêndios, sinistros e eventos aleatórios: “4.1.6. Medidas mitigatórias diante de possíveis contingências ambientais, de infraestrutura e sociais”; - inventário florestal contínuo: “4.1.3.6. Inventário Florestal”; - indicação de fontes alternativas ao plano de manejo, para obtenção de matéria-prima florestal: “4.1.6. Medidas mitigatórias diante de possíveis contingências ambientais, de infraestrutura e sociais”. 	
b)	Sim.	O Plano de Manejo foi elaborado por Engenheiro Agrônomo que possui registro válido no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.	N/A.
c)	Sim.	O Plano de Manejo 2016 possui a seguinte definição: “O Plano de Manejo Florestal São Paulo é revisado anualmente, conforme frequência dos monitoramentos e modificações ocorridas no manejo da empresa”.	N/A.
d)	Sim.	O Plano de Manejo 2016 contempla os resultados dos monitoramentos relevantes das atividades operacionais, ambientais, sociais e de saúde e segurança ocupacional em seu item “4.5. Monitoramentos e Indicadores”.	N/A.
e)	Sim.	<p>O Resumo Público do Plano de Manejo inclui as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Objetivos (“Em São Paulo”; “Gestão Florestal”) e a área de manejo florestal (“Os Núcleos de Produção”); b) Plotação em mapa dos recursos florestais a serem manejados (“Os Núcleos de Produção”), das limitações ambientais (“Fatores regionais limitantes e potenciais”) e perfil das áreas adjacentes (“A Região”); c) Descrição dos sistemas silviculturais e de manejo (“Gestão Florestal”); d) Justificativa para as taxas anuais de exploração (“Colheita”) e para a seleção de espécies (“Em São Paulo”); e) Mecanismos para o monitoramento do crescimento e da dinâmica da floresta (“Modalidades de inventário praticadas atualmente na empresa”); f) Salvaguardas ambientais baseadas em avaliações ambientais (“Gestão Ambiental”); g) Plano para identificação e proteção de espécies raras e em perigo de extinção (“Monitoramento Integrado de Fauna e Flora”); 	N/A.

		<p>h) Mapas descrevendo a base de recursos florestais (“Os Núcleos de Produção”);</p> <p>i) Descrição e justificativa das técnicas de exploração escolhidas e dos equipamentos a serem utilizados (“Colheita”).</p>	
f)	Sim.	<p>Conforme entrevistas nas frentes de trabalho, pode-se evidenciar que os trabalhadores florestais estão treinados acerca de suas responsabilidades em relação à implementação do plano de manejo, incluindo os cuidados ambientais.</p> <p>Nas frentes de trabalho e escritório, foram apresentados registros de Diálogos Diários de Segurança, bem como de treinamentos específicos relativos às funções exercidas (Pasta: “7.3.3”). O Plano de Manejo 2016, item “Gestão de pessoas e Treinamentos”, descreve o programa de treinamentos adotado pela organização.</p>	N/A.
g)	Sim.	<p>A organização apresentou documentação de um projeto de saúde voltado à comunidade de um município que faz parte de sua área de influência, desenvolvido em parceria com uma organização internacional especializada no relacionamento com as comunidades e seu desenvolvimento. Esse projeto envolve o engajamento dos alunos da uma escola municipal no tema saúde, com intuito de formação de uma organização comunitária. Para o mesmo projeto, voluntários da organização são treinados para assistir aos jovens envolvidos. Além disso, foram apresentadas evidências de ações pontuais desenvolvidas pela organização, nas áreas de sua influência, referentes a temáticas envolvendo saúde e bem-estar, como doações ao Conselho Tutelar para um evento sobre combate ao uso de drogas, entre outros.</p>	N/A.
h)	Sim.	<p>A organização apresentou documento de análise da integridade dos remanescentes de vegetação nativa, que considera a conexão com a paisagem regional (“Diagnóstico e Monitoramento de Fauna e Flora nas Fazendas da Suzano - SP – 2014.doc”).</p> <p>Foi evidenciado o mapeamento dos riscos ambientais antes e depois das operações. Entre os impactos avaliados, faz-se o relato de presença de espécies exóticas e de degradação em APPs e RLs (perturbações) e solo exposto (erosão). Esta análise é atualizada a depender do planejamento tático da colheita (ou seja, a frequência depende principalmente da operação da</p>	N/A.

		colheita). As áreas degradadas observadas no campo (Fazenda Santo Ângelo) foram mapeadas pela organização (oito pontos no total). As áreas degradadas observadas na Fazenda Siriema II também haviam sido mapeadas (Documento: "MAPAS DE RISCO DE IMPACTOS AMBIENTAIS LEVANTADOS.ppt", "Tático 16-17").	
2.3	-	-	-
	a)	Não monitorado.	N/A.
	b)	Sim.	N/A.
	c)	Não monitorado.	N/A.
	d)	Sim.	N/A.
	e)	Sim.	N/A.
	f)	Não monitorado.	N/A.
	g)	Não monitorado.	N/A.
2.4	-	-	-
	a)	Não monitorado.	N/A.
	b)	Não monitorado.	N/A.
	c)	Não monitorado.	N/A.
	d)	Não monitorado.	N/A.
	e)	Não monitorado.	N/A.
Princípio 3 – Zelo pela diversidade biológica.			
3.1	-	-	-
	a)	Não monitorado.	N/A.
	b)	Não monitorado.	N/A.
	c)	Não monitorado.	N/A.
	d)	Não monitorado.	N/A.
3.2	-	-	-
	a)	Não monitorado.	N/A.
	b)	Não monitorado.	N/A.
	c)	Sim.	N/A.

		cartográfica das fazendas. O item “4.5. Monitoramentos e indicadores”, do Plano de Manejo 2016, apresenta mapeamentos detalhados das áreas de remanescentes nativos.	
d)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
e)	Sim.	A organização não identificou, em sua área de influência direta, locais históricos, sítios arqueológicos ou localidades de valor cultural e social para as comunidades afetadas. Vale ressaltar que a organização está atualizando seu mapeamento por meio do processo para mapeamento de impactos das partes afetadas pela organização, podendo futuramente identificar locais de interesse para as comunidades abrangidas.	N/A.
f)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
g)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
h)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
i)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
3.3	-	-	-
a)	Sim.	A organização monitora e registra a ocorrência de formigas cortadeiras, matocompetição e outras pragas e doenças. Foram apresentados registros da incidência de pragas, contemplando infestações por besouros, cupins, percevejos, formigas e outros. Também estão registradas as ocorrências de doenças, como a ferrugem e a murcha de <i>Ceratocystis</i> . Foi apresentado o documento “Revisão do Pacote Tecnológico”, de Julho de 2014, que descreve no item “4. Sanidade Florestal” a época de ocorrência das principais pragas e doenças na região do escopo certificado (Pasta: “10.7.1”).	N/A.
b)	Sim.	O Plano de Manejo 2016, item “4.1.6.1. Incêndios Florestais”, descreve o Sistema de Prevenção e Combate a Incêndios. O Programa de Prevenção de Incêndios Florestais da organização é denominado “Floresta Viva” e consiste na conscientização e treinamento de colaboradores para prevenção de incêndios. Foi apresentado um registro de “Comunicação de Emergência”, realizada em 25/07/2016, onde é notificado um foco de incêndio (Pasta: “Floresta Viva evidência”). A organização apresentou o procedimento documentado “PPG.01.00096 - Atendimento a Emergência Ambiental”, de 29/06/2016, que define as situações consideradas de emergência ambiental, incluindo os incêndios florestais.	N/A.

c)	Sim.	Foi apresentado o documento “Revisão do Pacote Tecnológico”, de Julho de 2014, que comprova a existência de monitoramento e registro de condições meteorológicas e de pragas e doenças.	N/A.
d)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
e)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
3.4	-	-	-
a)	Sim.	O Plano de Manejo 2016 descreve, no item “4.5.3. Monitoramento Integrado de Fauna e Flora”, seus estudos de levantamento e monitoramento de fauna e flora, incluindo o cronograma de atividades de 2013 a 2019. A organização realiza monitoramento de fauna e flora mediante trabalhos de empresas terceirizadas. Foram apresentados relatórios de monitoramentos realizados em Novembro de 2014 (“Diagnóstico e Monitoramento de Fauna e Flora nas Fazendas da Suzano - SP – 2014.pdf”) e Setembro de 2015 (“Relatorio_final_Suzano_2015.pdf”).	N/A.
b)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
c)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
d)	Sim.	O Anexo II do Plano de Manejo apresenta os resultados das espécies de flora encontradas nas fazendas da organização. Este anexo possui a classificação dos graus de ameaça de cada espécie apresentada.	N/A.
3.5	-	-	-
a)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
b)	Não.	Durante as visitas de campo foram evidenciadas estradas em condições avançadas de erosão ocasionando impactos nos remanescentes naturais, obras de contenção de erosão construídas em remanescentes sem necessidade técnica e a manutenção de uma passagem por APP sem qualquer necessidade operacional. Embora exista uma conscientização da empresa sobre as necessidades de melhoria, com a elaboração de um plano de ação incluindo medidas de planejamento, treinamento e conscientização de gestores e operadores, aplicou-se o NCR Menor #02/16 para acompanhamento da efetividade de execução do plano de ação no próximo monitoramento anual.	NCR #01/16.
c)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
d)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
3.6	-	-	-
a)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
b)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
c)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
d)	Sim.	As fazendas visitadas possuem sinalização de proibição	N/A.

		de caça e pesca. Nas entrevistas, os trabalhadores demonstraram que estão conscientes dos procedimentos em caso de avistamento de indícios de ocorrência de caça e pesca.	
Princípio 4 – Respeito às águas, ao solo e ao ar.			
4.1	-	-	-
a)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
b)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
c)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
d)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
e)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
4.2	-	-	-
a)	Sim.	Nas visitas às fazendas da organização, não foram vistos pontos críticos de erosão em talhões comerciais. A organização adota técnicas de cultivo mínimo do solo, o que minimiza as perdas por erosão. As prescrições de preparo de solo levam em conta o mapeamento dos tipos de solos.	N/A.
b)	Sim.	O documento “Revisão do Pacote Tecnológico”, de Julho de 2014 (“Quadro 9. Recomendação para aplicação de adubos e corretivos para a UNF-SP” e “Quadro 10. Insumos que podem ser recomendados na correção do solo e na adubação para o plantio”), apresenta as justificativas técnicas para a aplicação de fertilizantes e as respectivas dosagens (“Pacote Tecnológico SP 2015 .doc”).	N/A.
c)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
d)	Sim.	Conforme observado nas visitas em campo, a organização emprega as estruturas de conservação de estradas para prevenir o acúmulo de água. Foi apresentado o procedimento documentado “PPG.08.00020 - Execução e Manutenção de Obras Viárias”, de 28/07/2016, que estabelece critérios e procedimentos para o planejamento e a execução das obras viárias, considerando os aspectos relativos à gestão da qualidade e meio ambiente. A organização evidenciou a execução de treinamentos junto aos colaboradores responsáveis pela manutenção de estradas (Pasta: “Treinamento de Estradas”). O Plano de Manejo 2016 (Tabela 38. Cronograma de treinamento aplicado em 2016) menciona a realização de um <i>workshop</i> focado na gestão de vias dentro dos processos de colheita, silvicultura e logística, envolvendo a apresentação de um novo conceito em manutenção de	N/A.

		<p>vias.</p> <p>As avaliações pré e pós-operacionais de riscos ambientais incluem a análise das condições de conservação das estruturas e obras de arte das estradas (Pasta: "Monitoramento de asp. Imp").</p>	
4.3	-	-	-
	a)	Não monitorado.	N/A.
	b)	Não monitorado.	N/A.
	c)	Não monitorado.	N/A.
	d)	Não monitorado.	N/A.
	e)	Não monitorado.	N/A.
	f)	Não monitorado.	N/A.
	g)	Não monitorado.	N/A.
	h)	Não monitorado.	N/A.
	i)	Não monitorado.	N/A.
	j)	Sim.	N/A.
		A organização apresentou seu registro de controle de uso de fertilizantes, para as diversas regiões do escopo certificado (Fertilizantes.pdf).	
4.4	-	-	-
	a)	Sim.	N/A.
		A organização apresentou procedimentos documentados de gerenciamento de resíduos. O procedimento "PPG.01.00099 - Programa de Gerenciamento de Resíduos - PGR", de 29/06/2016, estabelece critérios e procedimentos para gerenciamento dos resíduos gerados na organização, orientando quanto ao registro, manuseio, armazenamento temporário, disposição adequada e cuidados ambientais. Nos locais visitados foi evidenciado que a organização realiza a coleta seletiva e que os trabalhadores fazem o descarte correto, nos recipientes destinados aos diversos materiais.	
	b)	Sim.	N/A.
		A organização apresentou registros atualizados da disposição final dos resíduos perigosos (Pasta: "4. Controles resíduos") e destina seus resíduos perigosos conforme a legislação, evitando impactos ambientais.	
	c)	Sim.	N/A.
		<p>Foram apresentadas as Licenças de Operação das empresas responsáveis pela destinação dos resíduos da organização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema Nova Ambiental: Licença de Operação, validade até 16/01/2017; - Resi Solution: Licença de Operação, validade até 30/04/2018; - Resi Solution: Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental, validade até 23/06/2017 (Pasta: "Resíduos Classe I"). 	

		A organização apresentou o procedimento documentado “PPG.01.00096 - Atendimento a Emergência Ambiental”, de 29/06/2016, que define as situações consideradas de emergência ambiental, disciplinando os procedimentos a serem adotados quando de sua ocorrência, e estabelece metodologia para sua avaliação. O procedimento contempla as hipóteses de vazamentos e derramamentos de produtos químicos.	
d)	Sim.	Conforme descrito no Plano de Manejo 2016, item “4.3.3. Emergências Ambientais”, a equipe para controle de emergências é formada por colaboradores, prestadores de serviços e outros profissionais convocados, de acordo com a natureza e a região da emergência a ser controlada. O registro das emergências é feito por meio do preenchimento do Relatório de Atendimento à Emergência Ambiental e seu posterior encaminhamento à área de meio ambiente para análise e controle.	N/A.
e)	Não monitorado.	N/A.	N/A.
Princípio 5 – Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal.			
5.1	-	-	-
a)	Sim.	A organização possui uma matriz de impacto social, “Matriz Impactos Sociais UNF SP 2016”, na qual são mapeados os impactos percebidos pelas comunidades afetadas. O processo de mapeamento é desenvolvido por meio de entrevistas amostrais seguindo a metodologia relatada no processo “PPG.01.00107 - GESTÃO DE DESEMPENHO SOCIAL”. As entrevistas com as comunidades são registradas em formulários, nos quais constam as seguintes informações: informações gerais para caracterização do respondente, localização, tempo de moradia, classificação dos impactos percebidos, entre outras. Os impactos identificados por meio da entrevista são priorizados, na “Matriz Impactos Sociais UNF SP 2016”, pelos critérios de significância e frequência nas entrevistas. São considerados como prioritários impactos com classificação forte e moderada. Os impactos são associados tanto às operações do manejo florestal quanto às fazendas da organização, e, para cada impacto, são desenvolvidas recomendações de minimização que são comunicadas à área operacional responsável por sua implementação.	N/A.
b)	Sim.	Na “Matriz Impactos Sociais UNF SP 2016”, para cada	N/A.

		<p>fazenda e operação são identificadas medidas de prevenção, minimização e mitigação dos impactos negativos identificados por meio de um processo participativo envolvendo as partes interessadas. As medidas são comunicadas às áreas operacionais, que as consideram em seus planejamentos operacionais. Nas visitas de campo, percorrendo as rotas dos caminhões, foi verificada a presença de caminhões-pipa e caminhões de transporte de madeira transitando nas comunidades visitadas a 20 km por hora, conforme medidas de minimização de impactos e rotograma (“ROTOGRAMA FAZ NOSSA SENHORA DE LOURDES e ROTOGRAMA FAZ SEQUENCIA”). Além disso, foi apresentado um microplanejamento de colheita, no qual são identificadas as casas das comunidades afetadas pela operação, as orientações para o período de execução e para o direcionamento do corte das árvores (“Microplanejamento Colheita - Fazenda Brumado”).</p>	
c)	Sim.	<p>A organização apoia, por meio do projeto social “Apicultura Solidária”, seis associações de apicultores procedentes de municípios de sua área de influência direta. Essas associações têm acesso às áreas da empresa para implantar suas colmeias e, em entrevista com um dos representantes dos apicultores participantes, foi verificada a efetividade dessa medida para a melhoria do desempenho da associação, inclusive em termos econômicos. A organização monitora a eficiência das associações participantes por meio de indicadores socioeconômicos de diferentes anos, análise de eficiência dos projetos e comparação entre os participantes, entre outras informações.</p> <p>Foi verificada a existência, no cronograma de atividades da área responsável pelas temáticas sociais, de encontros para promover a devolutiva das análises efetuadas com as organizações envolvidas nos projetos sociais do empreendimento.</p> <p>Embora a Organização possua um sistema robusto de monitoramento de terceiros e avaliação dos seus impactos socioeconômicos, não foram evidenciados mecanismos de monitoramento dos benefícios gerados para os trabalhadores terceirizados nem medidas para potencializar os impactos positivos gerados por meio da geração de empregos indiretos e da melhoria na qualidade de vida e condições de trabalho dos trabalhadores de suas</p>	OBS #02/16.

		EPS. Foi emitida a OBS #02/16.	
d)	N/A.	Indicador não aplicável. Não foram identificados hábitos e costumes não predatórios de populações locais, tradicionais ou indígenas nas áreas da organização.	N/A.
e)	N/A.	Indicador não aplicável. O sistema de manejo não envolve o uso de conhecimentos tradicionais.	N/A.
f)	Sim.	A Organização realiza o monitoramento das oportunidades de trabalho oferecidas para moradores residentes nas localidades de atuação do empreendimento, através de uma planilha de cadastro de seus funcionários próprios. No registro, são fornecidas informações como: nome do trabalhador, local de trabalho, data de admissão, local de origem e a distância entre o local de origem e o local de trabalho. De 104 trabalhadores contratados no período de agosto de 2015 a junho de 2016, 83 são originários da mesma localidade de atuação do empreendimento (“ <i>Cadastro de Funcionários UNF SP no período de 1 ano</i> ”).	N/A.
g)	Sim.	Na auditoria de campo foram evidenciadas contratações de prestadores de serviços nos municípios de atuação da organização.	N/A.
h)	Sim.	A organização fornece para seus trabalhadores próprios e dependentes planos de saúde, campanhas de vacinação e ações de melhoria da qualidade de vida como o SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho), que aborda temas sobre doenças sexualmente transmissíveis, álcool e drogas, meio ambiente, segurança e uma visão geral sobre LER (Lesão por Esforço Repetitivo) e DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho). Na avaliação documental foi observado que a Organização apoia eventos esportivos e de qualidade de vida, como o “Passeio Ciclístico”, no município de Suzano e os “Circuitos de Corridas”, com a participação dos colaboradores das Unidades Suzano e Limeira. Os eventos são abertos ao público, em geral, e a organização incentiva a participação de seus trabalhadores. Com relação ao tema de alfabetização a Organização apoia desde 2015 o programa “Super Ação Jovem” do Instituto Ayrton Senna, que atua com projetos educacionais em escolas públicas nos municípios do interior no Estado de São Paulo. Na amostragem de Empresas Prestadoras de Serviços, foi observado que treze das quinze EPS auditadas disponibilizam plano de saúde para seus trabalhadores,	N/A.

		eventualmente beneficiando também os seus dependentes. A Organização monitora o fornecimento do plano de saúde para seus trabalhadores terceirizados, quando o benefício está associado à convenção ou a acordos coletivos ou exigências contratuais. Quando não há exigências legais a Organização segue o disposto na legislação trabalhista, assegurando que todos os trabalhadores tenham a carteirinha do Sistema Único de Saúde da rede pública de atendimento.	
i)	Sim.	<p>A organização tem um programa de educação ambiental com enfoque nos alunos e professores de escolas públicas dos municípios de sua área de influência. Esse programa visa sensibilizar os envolvidos sobre temáticas ligadas à preservação do meio ambiente, como função da mata ciliar, preservação das nascentes e importância do uso sustentável dos recursos naturais. O programa é desenvolvido em parceria com órgãos públicos, como secretarias de educação municipais e estaduais e organizações da sociedade civil. A organização apresentou, também, documentos para o monitoramento do projeto social que inclui dados como número de escolas e pessoas participantes, informações qualitativas para medir o envolvimento dos alunos, além de metas e um objetivo geral para o projeto (“Indicadores Trilhas”; “Relatório Final - Itapoty – 2015”; “Relatório Final - Mabuia – 2015”; “Relatório Parcial 2016 – Projeto Trilhas do Cerrado”).</p> <p>Adicionalmente a organização mantém um programa de conscientização para a prevenção de incêndios florestais para as comunidades e vizinhos das suas operações florestais (“Campanha floresta viva 2016 51B.1”; “Lista de presença SP3 - floresta viva 2016”; “Lista de Registro Floresta Viva 16”; “Protocolo entrega Floresta Viva SP5 região Anhembi”; “Lista de presença SP6 - floresta viva 2016”).</p>	N/A.
j)	Sim.	<p>Treinamentos com enfoque na educação ambiental são ministrados para os trabalhadores florestais da organização.</p> <p>Um dos treinamentos tratou da gestão de resíduos e foi aplicado em todos os núcleos de produção da organização (“Lista de presença SP1, SP2, SP3, SP5, SP6”; “Lista de presença SP4”).</p>	N/A.
5.2	-	-	-

a)	Sim.	<p>A organização disponibiliza publicamente o resumo público do plano de manejo por meio de sua página na internet (http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/plano-de-manejo-1.htm). Foi evidenciado o acesso individualizado e distribuição do resumo público às partes interessadas afetadas por suas operações (“RES Provas de envio - Plano de Manejo Florestal”).</p> <p>A principal forma utilizada pela organização para distribuição do Resumo Público são os correios eletrônicos. Na lista apresentada de partes interessadas, constavam todos os endereços eletrônicos das partes mapeadas. Todo o cadastro de partes interessadas possui pelo menos duas formas de contato (endereço físico, endereço eletrônico, telefone fixo e celular). Ficou evidenciado que a organização possui pelo menos dois meios de envio do Resumo Público a todas as partes interessadas identificadas.</p>	N/A.
b)	Sim.	<p>Embora a organização implemente processos (“PPG.01.00106 - Comunicação e Relacionamento com Partes Interessadas”) e tenha programas ativos de consulta e canais de diálogo com as partes afetadas por suas operações, na visita de campo, em três rotas utilizadas para o transporte de madeira e em dois vizinhos, evidenciou-se que os entrevistados não tinham conhecimento dos canais de comunicação da empresa. A empresa apresentou um cronograma de engajamento contemplando as operações nas quais se detectou a fragilidade do sistema de comunicação, justificando-se a aplicação da OBS #03/16.</p> <p>A organização atua por intermédio de três processos de engajamento/diálogo. O engajamento regional é voltado ao engajamento das partes interessadas da organização e desenvolvido a cada quatro anos. O engajamento local é utilizado principalmente para a caracterização das comunidades afetadas pelo empreendimento e o mapeamento de impactos. E o relacionamento, utilizado para as consultas operacionais com vizinhos e comunidades, que contempla canais de diálogo como Suzano Responde, Suzano em campo, entre outros.</p> <p>Adicionalmente, a empresa registra as queixas das partes interessadas no Sispart (“Registros de Queixas – 2016”).</p>	OBS #03/16.
c)	Sim.	A organização apresentou processo documentado para a resolução de queixas, “PPG.01.00106 – Comunicação e	N/A.

		<p>Relacionamento com Partes Interessadas”, que inclui a identificação da área responsável pelo fluxo de solicitação, a descrição dos canais de recebimento de demandas, as instruções para o endereçamento das demandas e queixas e os prazos para a resposta, entre outros elementos.</p> <p>As solicitações recebidas pela organização por meio dos seus canais de diálogo, como Suzano em campo, canais de comunicação convencionais, rodas de conversas, entre outros, são registradas no Sispart e, a cada solicitação, é atribuído um responsável para respondê-la e solucioná-la, quando for o caso.</p>	
d)	Sim.	<p>Foi evidenciada, em entrevistas com representantes de organizações presentes no território de atuação da organização, a manutenção de um bom relacionamento com representantes das comunidades locais, incluindo sindicatos e parceiros dos projetos sociais.</p> <p>Para a avaliação do indicador foram entrevistados os representantes legais de quatro sindicatos rurais da região e analisados os acordos e convenções coletivas de cinco empresas prestadoras de serviços: JFI com o sindicato rural de São Miguel de Arcanjo; JRM com os Sindicatos Rurais de Dourados, Ribeirão Bonito e Trabiçu; Transportadora de Madeira Pombo com o Sindicato Rural de “Jaú e Região”; e empresa Tramaterria com sindicato rural de Paulistânia; convenção coletiva com o sindicato rural de São Miguel de Arcanjo (Tide); e convenção coletiva entre os Sindicatos de Paulistânia e os sindicatos rurais de Cabrália Paulista, Lucianópolis e Ubirajara (Tramaterria).</p> <p>Conclui-se que os trabalhadores da organização e de suas EPS possuem a liberdade para se organizarem e filiarem a entidades sindicais. Foi evidenciado que os trabalhadores são sindicalizados nas entidades sindicais dos municípios onde mantêm residências. As empresas seguem os acordos e/ou convenções coletivas firmadas em cada um dos municípios de residência de seus colaboradores, sendo, sempre que possível, agrupadas por um acordão que inclui mais de um sindicato rural municipal.</p> <p>A organização mantém cópias atualizadas dos acordos e convenções coletivas aplicáveis aos trabalhadores próprios e terceiros e possui um gestor de</p>	N/A.

		relacionamentos sindicais localizado na Unidade de São Paulo. O relacionamento entre as EPS e os sindicatos rurais representantes de seus trabalhadores é realizado diretamente, sem intermédio da Organização.	
--	--	---	--